



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e
Geografia – FAENG
Curso de Geografia



ELISEU ROMEIRO ARECO JUNIOR

DA ALDEIA PARA A CIDADE

DESAFIOS VIVENCIADOS PELO POVO TERENA EM MEIO AOS
PURUTUYÉ NA CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS.

CAMPO GRANDE

2022

ELISEU ROMEIRO ARECO JUNIOR

DA ALDEIA PARA A CIDADE

DESAFIOS VIVENCIADOS PELO POVO TERENA EM MEIO AOS
PURUTUYÉ NA CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS.

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Banca Examinadora, como requisito para obtenção de colação de grau no curso de Geografia (Bacharelado) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientador: Prof. Dr. Guilherme dos Santos Claudino.

Campo Grande
2022

ATA DE DEFESA

17/05/2023 07:55

SEI/UFMS - 3700356 - Ata



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – BACHARELADO

Às 10 horas do dia 29 de novembro de 2022, reuniu-se a Banca Examinadora, sob Presidência do Professor Orientador, para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Acadêmico: Eliseu Romeiro Areco Junior

RGA: 2019.2109021-9

Título: Da Aldeia para a Cidade: Desafios vivenciados pelo povo Terena em meio aos purutuyé na cidade de Campo Grande/MS

A banca composta pelos examinadores abaixo relacionados emitiu os seguintes conceitos:

Examinadores:

Conceito:

Prof. Dr. Guilherme dos Santos Claudino (Orientador)

AP

Profª. Drª. Ana Paula Correia Araújo

AP

Prof. Dr. Marcelino de Andrade Gonçalves

AP

Conceito Final:

Aprovado Reprovado

Observação

Este é o parecer.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por Marcelino de Andrade Gonçalves, Membro de Colegiado, em 29/11/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

17/05/2023 07:55

SEI/UFMS - 3700356 - Ata



Documento assinado eletronicamente por Ana Paula Correia de Araujo, Membro de Colegiado, em 30/11/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Guilherme dos Santos Claudino, Professor do Magisterio Superior, em 30/11/2022, às 18:24, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_acao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3700356 e o código CRC BB7D6723.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - BACHARELADO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.021518/2022-38

SEI nº 3700356

Dedico:

*À minha mãe, meu pai e minha avó.
Aos meus amigos de caminhada.
E a todos os povos indígenas do Brasil.*

Agradeço...

À Rosa, minha mãe, por todas batalhas enfrentadas para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu pai, por me lembrar que uma caneta pesa menos que uma enxada.

À minha irmã Bruna e ao meu irmão Gabriel, por fazerem parte da minha vida.

À minha querida avó Elizabeth, por todo apoio e confiança a qual me dedicou a vida toda.

*À dona Inézia, por todo incentivo e ajuda para que eu pudesse entrar em um curso superior,
mesmo sem expectativa alguma da minha parte.*

À minha amiga Thaís por toda ajuda nessa caminhada acadêmica desde 2013.

Aos amigos que conquistei no curso e levarei para vida Renan, Emanueli e Gabriel.

*Ao meu orientador Guilherme Claudino, pela confiança dedicada a mim e por compartilhar
comigo seu tempo e conhecimento para o desenvolvimento desse projeto.*

*Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral,
com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas
neste mundo maluco que compartilhamos.*

Ailton Krenak

RESUMO

O trabalho ora apresentado tem como objetivo compreender e analisar os desafios do povo Terena em Campo Grande/MS. Buscou-se reconstruir o seu percurso da aldeia à cidade, verificando os processos de desterritorialização, reterritorialização e a multiterritorialização. A metodologia contou com um amplo levantamento bibliográfico e com os aportes da análise qualitativa, notadamente à análise de imagens. Os resultados permitem indicar algumas possibilidades de gestão e planejamento territorial frente aos diferentes desafios detectados. Este trabalho, assim, analisa, detecta e também propõe caminhos para uma gestão mais justa desses povos em relação às dinâmicas territoriais de Campo Grande/MS.

Palavras-Chave: Povo Terena, Aldeias Urbanas, Território, Campo Grande /MS.

Sumário

Introdução	8
1. O Caminho Metodológico	10
2. A Perspectiva Analítica	13
2.1 Território e territorialidade.....	14
2.2 Identidade.....	18
2.3. Conflitualidade e luta pela terra.....	21
3. Os Terenas ontem e hoje	30
3.1. Do campo à cidade.....	33
4. Os Desafios	52
4.1 A emergência de um planejamento territorial orgânico.....	53
5. Considerações finais	54
6. Referências	55

Introdução

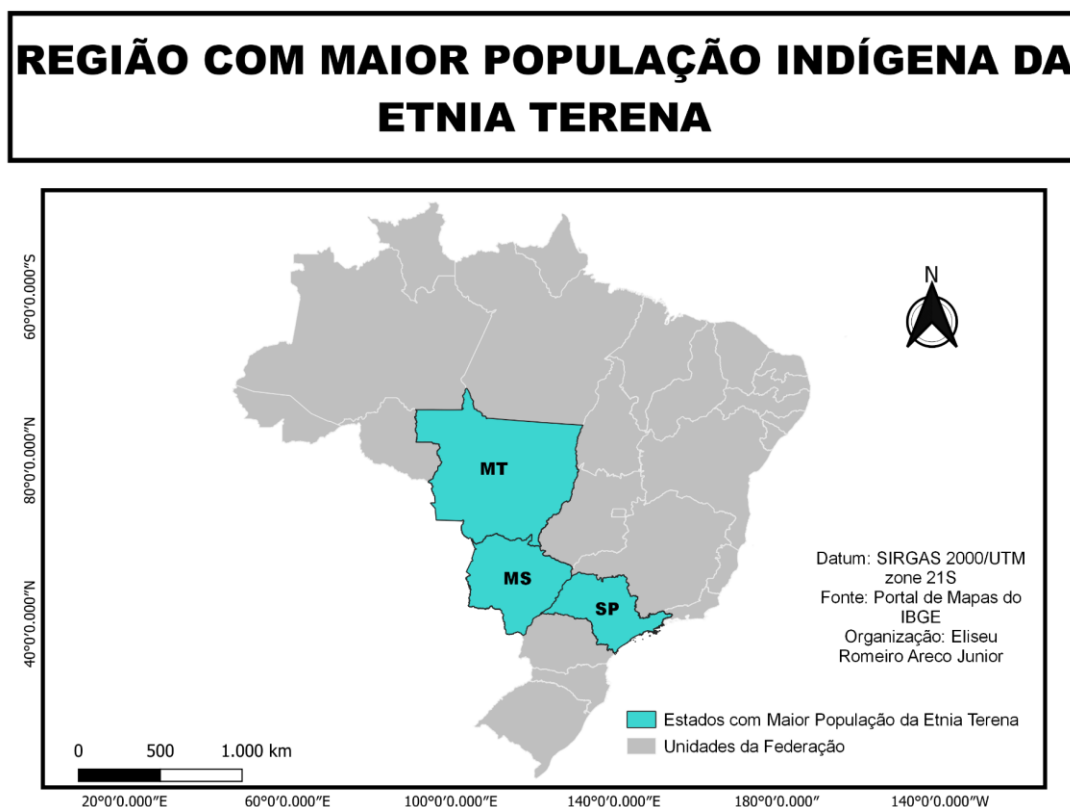
Quem viajava pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que corta a região, pode vê-los de enxada à mão trabalhando nos roçados, montados a cavalo cuidando do gado de algum fazendeiro, nas turmas de conservação da própria estrada ou, mais raramente, vendendo abanicos de palha de carandá nas estações. O difícil é identificá-los como índios, uma vez que se vestem, se penteiam, trabalham e vivem como os sertanejos pobres da região [...] Para saber que são indígenas é preciso falar-lhes ou ouvir a gente da região, sempre pronta a identificá-los e a apontar múltiplas singularidades negativas que, a seus olhos, os fazem apartados (RIBEIRO, 1959, p. 1).

Desde a “descoberta” do Brasil no ano de 1500, os povos indígenas vêm sofrendo com genocídio, etnocídio, aculturação e com a perda quase total de seu território de origem. De acordo com os dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) “a população indígena, em 1500, era de aproximadamente 3.000.000 de habitantes, divididos entre 1.000 povos diferentes, sendo que aproximadamente 2.000.000 estavam estabelecidos no litoral do país e 1.000.000 no interior” (LADEIA, 2021, p. 48). Já em 1650, esses números caíram para 700.000 mil indígenas, em 1957 chegaram somente a 70 mil.

Segundo os dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) realizado em 2010, no Brasil vivem 896.917 mil pessoas que se declaram como indígenas, contendo 305 etnias e falando 274 idiomas. Deste total de pessoas, 57,7% vivem em terras indígenas oficialmente reconhecidas. O estado do Mato Grosso do Sul é o “segundo estado com a maior população indígena do Brasil, esta relação é de 14.457 em áreas urbanas em uma população de 73.295 indígenas, 3% da população do estado” (IBGE, 2010 *apud* LATOSINSKI, 2019, p. 31), ficando atrás somente do estado do Amazonas. Os dados do IBGE de 2010 apontam também que o número de pessoas indígenas que saíram de seus territórios para ir em busca de uma condição de vida melhor na capital Campo Grande/MS tem aumentado ao longo dos anos, principalmente os da etnia Terena

A maior parte dos índios da etnia Terena do Brasil, vivem nos estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT) e São Paulo (SP), conforme a Figura 1. Segundo o SECIC MS (Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura) os indígenas da etnia Terena, residem em sua maioria nos municípios de Campo Grande, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Miranda, Nioaque, Rochedo e Sidrolândia.

Figura 1: Representação dos Estados brasileiros com maior população da etnia Terena em 2010.



Este trabalho analisa e busca ampliar a compreensão da desterritorialização, reterritorialização e as multiterritorialidades desenvolvidas pelos Terena em meio aos purutuyé¹ na cidade. Essa pesquisa, assim, analisa a vivência dos povos da etnia Terena em meio à capital sul-mato-grossense, Campo Grande, buscando evidenciar suas lutas e dificuldades em um novo território. Investiga, também, como sua identidade indígena se relaciona com outras identidades, transmutando-se. Os centros urbanos, apesar de ser uma realidade totalmente distinta das vivenciadas nas aldeias, não elimina por completo as raízes identitárias desses povos. Por isso, procuramos investigar como e onde estão inseridos dentro da cidade de Campo Grande e em que condições vivem após sua migração.

Não é exagerado lembrar o movimento dialético, consequentemente contraditório, que leva os povos a migrar e que, ao se inserir em um novo território, tentam, falhando e acertando, se adequar a uma nova realidade socioespacial (SOUZA, 2007, 2008), numa correlação de forças muitas vezes violenta para manter suas origens e tradições.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos além dessa introdução e das conclusões. No primeiro descrevemos o caminho metodológico, revelando nossas

^{1 1} Purutuyé significa homem branco, não índio, na língua Terena.

escolhas, recortes, métodos e procedimentos selecionados para análise. No segundo, dependente do primeiro, expomos a perspectiva analítica selecionada e seguida, a saber: o pensamento geográfico operacionalizado através de alguns conceitos basilares da geografia, que permitiram a efetivação da construção do conhecimento geográfico ora apresentado. No terceiro, analisamos histórica e geograficamente as disputas socioterritoriais (FERNANDES, 2012) dos Terenas, demonstrando suas multiterritorializações (HAESBAERT, 2007). No quarto, que encerra nosso trabalho, destacamos os principais desafios atinentes às possibilidades de gestão e planejamento territorial – organicamente justo - para esses povos no contexto da capital sul mato-grossense.

1. O Caminho Metodológico

A motivação para essa pesquisa surgiu através da experiência empírica vivenciada pelo autor, por nascer indígena e ter vivenciado as mesmas adversidades, principalmente nos centros urbanos onde residiu a maior parte de sua vida, enfrentando dificuldades de habitação e até mesmo de autoaceitação como parte desses povos. O motivo para a não aceitação veio em razão dos preconceitos vivenciados desde a escola, e a falta de um sistema educacional adequado a qual valoriza a cultura indígena, demonstrando suas forças, qualidades, capacidades e suas particularidades, mesmo em uma escola formada em sua maioria de alunos indígenas². Foi somente durante o ensino médio e a convivência com pessoas também da etnia Terena, que foi então despertando um sentimento de autoaceitação, por começar a compreender a história dos povos Terena e como chegaram até o momento atual.

Quando da chegada no ensino superior, surgiu a ideia de se aprofundar em uma pesquisa relacionada à própria etnia, notadamente na história e nas dificuldades vivenciadas também por seu povo em meio aos purutuyé, através de diversos olhares, principalmente um olhar geográfico que foi se desenvolvendo durante a graduação. Associando, ainda, a percepção de que a cada ano aumenta o número de pessoas da etnia Terena advindas de suas aldeias em busca de uma vida melhor ou, mesmo, para se manterem vivos diante das conflitualidades envolvendo a terra (FERNANDES, 2012).

² Vieira (2015), em sua tese *A criança indígena no espaço escolar de Campo Grande/MS: identidades e referências*, realiza uma profunda análise sobre essas condições.

Conflitualidades que simultaneamente promovem a territorialização, desterritorialização e reterritorialização desses povos (HAESBAERT, 2007).

A migração dos povos indígenas para as cidades não é algo que surgiu no contemporâneo, como apontado por Baines (2001) e Maris e Fernando (2013), a cada ano o número de pessoas indígenas vem crescendo nos centros urbanos, esse aumento migratório para a cidade faz com que essas pessoas tenham que se reterritorializar de formas muitas vezes precárias nas periferias das cidades, vivendo em condições de vulnerabilidade ambiental e social. Além das dificuldades de ordem cultural, essa população também tem enfrentado a falta de obediência das leis que os auxiliem e lhes permitam, por exemplo, o acesso à educação, saneamento básico, moradia adequada, além da inserção no mercado de trabalho. Tudo isso nos autoriza evocar um conceito candente, trata-se da *necropolítica*, isto é, a exposição à morte de certos grupos sociais em relação a outros, conforme Mbembe (2018) assinala.

A vivência do autor com realidade que hoje, mais do que nunca, lhe faz íntima relação de existência, tomou a construção desta investigação a partir do desenvolvimento de um olhar geográfico, o que, conseqüentemente, despertou uma necessidade de se aprofundar na temática, com intenção de estimular as pesquisas na geografia a respeito dos povos tradicionais, não só da etnia Terena mas de todas as demais existentes e inspirar outros jovens indígenas que assim como este entraram no ensino superior com muita dificuldade e lutam para manter e se aprofundar na sua herança cultural indígena dentro do espaço universitário, um lugar que se supõe e é de fato um espaço de inclusão, diversidade e valorização às diversas culturas. Por isso, neste trabalho, evocamos também o conceito de *escrevivência*, de Conceição Evaristo (2017), como uma importante ferramenta metodológica, uma vez que há uma íntima e profunda coexistência do sujeito investigador e a realidade estudada, que são indissociáveis.

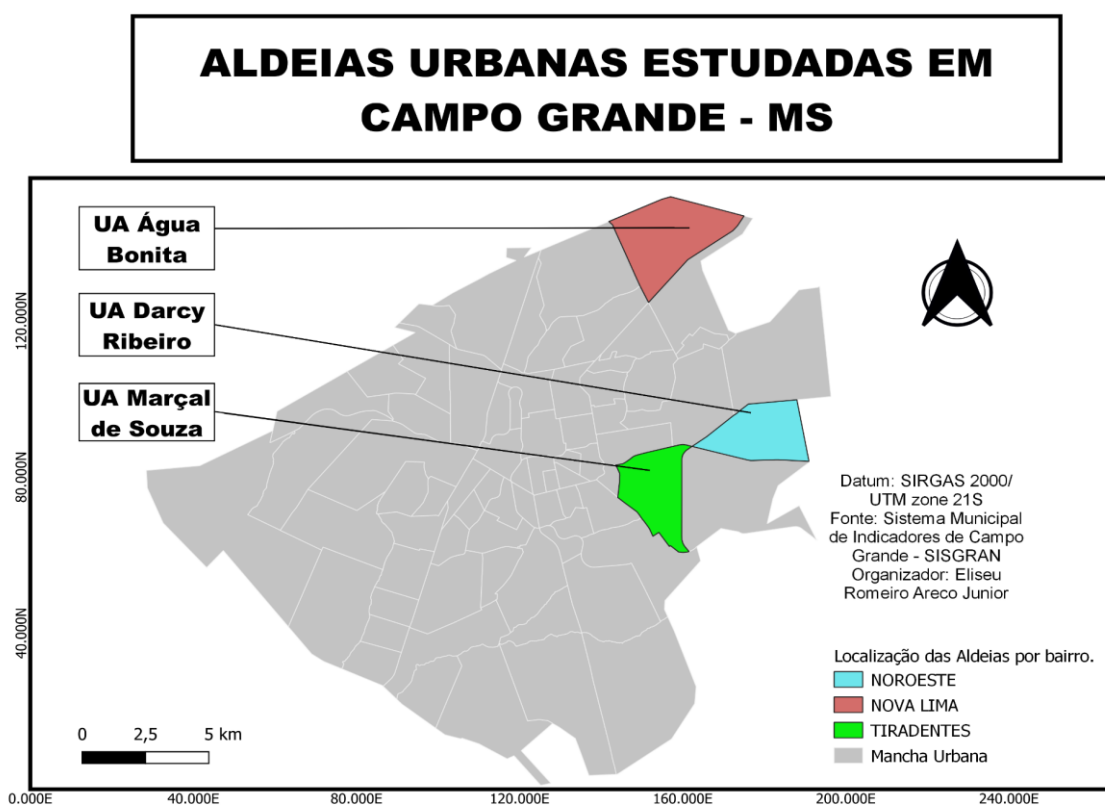
Pensando nas questões abordadas até aqui, e nas dificuldades vivenciadas pelos povos Terena na cidade de Campo Grande-MS, observa-se a necessidade de estudos que coloquem como central esses processos que inscrevem novas funções no espaço urbano e mostre como esses povos são tratados fora de seu território de origem, e como se dá o processo de tentativa de pertencimento em um novo lugar (TUAN, 2012). É necessário, assim, uma análise crítica que estimule não só a geografia, como outras ciências à formulação de ideias e métodos que possam ampliar a compreensão dessa situação, possibilitando a criação de políticas e intervenções mais substanciais. É urgente analisar

todos os aspectos da vida cotidiana, ambiental, cultural e identitária dessas pessoas, articulando sempre o lastro do diverso em diferentes escalas.

Nota-se, também, a necessidade de uma análise aprofundada em futuros trabalhos, do cumprimento das leis referente a obrigatoriedade do estudo voltados às comunidades tradicionais brasileiras, como por exemplo a Lei 11.645/08, de 2008 que revoga a Lei 10.639/03, incluindo à obrigatoriedade dos estudos da cultura e história dos indígena e povos africanos e afrobrasileiros, que tem a intenção de sanar a ausência do estudo e compreensão da história dos povos tradicionais, no ensino público e privado, do ensino fundamental ao médio (BORGES, 2010 *apud* BORGES, 2015) e, sobretudo, superior.

Considerando esses elementos, analisamos as especificidades territoriais dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, em especial na presença dos povos Terena e sua re-territorialização em Campo Grande. Assim, pode-se identificar e analisar a situação dessas pessoas que residem em comunidades já estabelecidas na capital, nas conhecidas UAs (Aldeias Urbanas). Para isso, três aldeias urbanas foram selecionadas para a pesquisa em questão: Marçal de Souza, localizada no bairro Tiradentes, Água Bonita localizada no bairro Nova Lima e Darcy Ribeiro no bairro Jardim Noroeste, conforme a Figura 2.

Figura 2: Localização das aldeias no perímetro urbano de Campo Grande /MS.



Fonte: Autoria própria.

Além dos componentes metodológicos supracitados, e considerando as especificidades da realidade elegida para investigação, versamos nossa análise através dos aportes da metodologia qualitativa, uma vez que aspectos da vida cotidiana, ambiental, cultural e identitárias dessas pessoas nas respectivas aldeias (Figura 2) são elementos de análise dessa pesquisa. Entendemos, assim, que:

O modo pelo qual é possível ao indivíduo compreender a realidade, podendo se incluir na percepção humana toda a subjetividade e a mística presentes no mundo do imaginário. Em função da complexa realidade em que vivemos, o ato de conhecer não acontece da noite para o dia. É um processo longo em direção à descoberta da essência das coisas, nem sempre viáveis no mundo real [...] Conhecer a realidade não significa necessariamente desvendar a verdade de forma clara e transparente, mas parte dela [...] A explicação dos fenômenos materiais e sociais depende da maneira como ocorre a sua apropriação (SEABRA, 2001, p. 14-15).

Assim, além do lastro da pesquisa qualitativa, nos valemos também da imersão no arcabouço técnico-teórico de repositórios bibliográficos, buscando rastrear as principais referências do tema em questão. Para a análise material, utilizamos do recurso imagético, ou seja, de imagens colhidas em campo nos referidos bairros. As imagens exigem uma sensibilidade enquanto tarefa, de se esforçar para compreender a percepção e a produção da mesma, pois as imagens “são simultaneamente reflexo e esboço de comportamento” (VICENTE, 2000, 149).

É necessário, pois, compreender como esses povos foram desterritorializados e reterritorializados, inscrevendo uma multiterritorialização (HAESBAERT, 2021) identitária na cidade de Campo Grande. Antes, cabe pontuar nossa perspectiva analítica.

2. A Perspectiva Analítica

A América Latina, em especial o Brasil, são marcados por diversas disputas de terras e territórios e, nessa particularidade, os povos originários foram sistematicamente vítimas de um etnocídio e genocídio. Esse processo, todavia, revelou que a luta pelo território não é uma opção, mas condição de existência para esses povos milenares. Essa situação gerou um movimento de migração de vários povos indígenas para as grandes capitais do Brasil e, hoje, nota-se a emergência de uma demarcação justa de terras, do reconhecimento e, sobretudo, de uma reparação da barbárie instalada no território brasileiro.

Com base nisso, é necessário evidenciar conceitos como território, territorialidade, identidade, conflitualidades e conflitos, principalmente na perspectiva dos povos indígenas, e como esses elementos são representados nas culturas tradicionais.

2.1 Território e territorialidade

Ao se falar dos povos indígenas, é importante falar sobre território, pois faz parte da existência e resistência deles. Os territórios carregam a multiplicidade de sentimentos e conhecimentos, que, como veremos mais adiante, fazem parte da identidade e do sentimento de pertencimento, a qual desenvolvem ao longo da vida e carregam consigo. Cada ciência tem para si um conceito de território ou até vários, como é o caso da Geografia, em que o conceito tem uma diversidade de significados de diferentes autores e vertentes, a saber:

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. Portanto, temos territórios em movimento (FERNANDES, 2004, p. 41-42).

Quando se trata dos povos tradicionais, esses territórios passam a ter mais dimensões do que apenas a cultural, podemos dizer aqui que são formados a partir de *conflitualidades, união e resistência*. O território está além do espaço habitado no presente momento, e sua criação está sempre relacionada para aqueles a qual o querem possuir, uma relação de poder, a qual a disputa e posses de terras, irá gerar crescimento econômico e desenvolvimento territorial:

A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras. As ideias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais (FERNANDES, 2004, p. 27).

Além dessas definições e sentidos do território, é possível destacar, ainda, a abordagem feita por Rogério Haesbaert (1997), que agrupa as diferentes perspectivas de território em três vertentes básicas a qual podemos analisar e nos aprofundar adiante, são elas:

a) a jurídico-política, majoritária, inclusive no âmbito da Geografia, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; a perspectiva aqui comentada de Allières (1980) e a abordagem clássica de Ratzel podem ser consideradas nesta versão;

b) a cultural(ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; Guattari (1985) e, na Geografia, Tuan (1980, 1983) são autores que, em diferentes posições, se aproximam desta abordagem;

c) a econômica (muitas vezes economicista), minoritária, que destaca a des-territorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p. 39).

Ao analisarmos as vertentes acima podemos ver a perspectiva jurídico-política dentro das três vertentes colocadas por Haesbaert (1997), um espaço geográfico onde se exerce o poder, tanto político quanto econômico. Para os povos tradicionais o território se classificaria na vertente cultural. Podemos assim enfatizar seu valor simbólico-cultural, e o sentimento de pertencimento com território, a qual através dele se constrói sua identidade cultural, essa identidade é indissociável do território, podendo até mesmo definir a existência desses grupos étnicos.

A questão territorial é um assunto de extrema importância para os povos indígenas, pois a partir dela a história da sua cultura tem sido marcada por diferentes lutas. Os territórios indígenas estão em plena *conflitualidade* desde a chegada dos portugueses ao Brasil, uma vez que “a conflitualidade está natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político” (FERNANDES, 2004, p. 27). Após séculos de exploração e escravidão e perdas irreparáveis de culturas e línguas dizimadas pelo homem branco, a Constituição Brasileira de 1988 garantiu direitos à terra aos povos tradicionais da federação, presente no artigo 231:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988).

Mesmo com seus direitos garantidos na constituição, os vemos ainda hoje vivendo em situações precárias, em barracos de lona e à beira de estradas, dentro e fora das cidades do Brasil, devido à perda de seus territórios por brechas na lei ou a falta da devida execução das mesmas. São muitas vezes tratados como invisíveis para uma sociedade a qual não sabe o real significado da relação do homem com a natureza, significado este, descrito de diferentes modos por cada etnia, porém tem em seu cerne o mesmo sentido, isto é, de um *lugar sagrado*. A conexão que os povos tradicionais têm com a terra ultrapassam gerações, pois é nela que seus ancestrais nasceram e viveram e com essa terra possuem um vínculo afetivo e de subsistência, realizando seus cultos e tradições, sendo fonte e condição de vida:

A relação dos indígenas com a terra é a de um ente. Os rios, as árvores, os animais, todos são dotados de vida, não sendo, necessariamente, ingredientes da matéria ou meros dados geográficos. Os Guarani, por exemplo, denominam a terra de Yvy, um ente que possui alma, uma espécie de espírito que necessita ser cuidado e não alterado. A Terra (Yvy), enquanto espírito, precisa ser respeitada para que continue protegendo aqueles que dela necessitam (CLAUDINO, 2019, p. 301).

A retirada desses povos dos territórios que tanto preservam, traz grandes consequências, como se pode notar em todo Brasil, com o desmatamento constante da floresta amazônica por exemplo, e o efeito em cadeia que se desenvolveu a partir disso, podendo se notar o contraste entre a parte da floresta habitada pelos povos tradicionais e a parte da floresta que é deixada nas mãos de grandes madeireiras e outras corporações,

pois para os não-índios a terra é um bem comerciável, um recurso natural que se pode colocar valor monetário em cada pedaço, mas não agrega valor simbólico nela. Enquanto para os indígenas a terra vai além do valor agregado, pois sem ela é impossível dar continuidade a reprodução de seu modo de vida.

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com mais razão precede o espaço econômico (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 *apud* HAESBAERT, 2021, p. 72).

A história nos aponta a extinção de várias etnias indígenas no Brasil após perderem seu território depois da chegada dos portugueses e o massacre que ocorreria daquele momento em diante. Houve, assim, um “brutal genocídio e etnocídio da história do Brasil” restando “apenas a partilha de terras ao branco europeu, cabendo ao indígena e ao africano o massacre interminável pelos primeiros” (CLAUDINO, 2019, p. 300).

A luta por esses territórios não é bem vista pela grande maioria dos não-índios, pelo fato deles não saberem o significado e o valor simbólico do território tradicional, sem saber que muitas vezes ao se mover um povo de seu território de origem é o mesmo que matá-los, pois esses territórios têm além das histórias que foram passadas através de geração a geração o cuidado com a natureza. A floresta e os rios são de extrema importância também para estes povos, “as formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens” (GODELIER, 1984, p. 115 *apud* HAESBAERT, 2021, p. 78), podemos notar isso no cuidado que eles tem com o meio ambiente, já que a grande maioria das nascentes dos rios que estão em terras tradicionais estão preservadas, pois como já dito antes, os povos nativos têm um vínculo inegável com a natureza e tudo ao seu entorno. Haesbaert (1997) faz menção à abordagem territorial mais materialista de Maurice Godelier (1984) que faz uma forte referência às sociedades tradicionais com a natureza, pois:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984, p. 112 *apud* HAESBAERT, 1997, p. 40).

Essa conexão singular do ser humano com sua terra desde os primórdios das sociedades os fizeram pertencentes de vários territórios, por opção ou falta dela, os fazem

viventes e criadores de múltiplos territórios, gerada a partir de suas de locomoção, “esses territórios colidem” (FERNANDES, 2004, p. 42), e reforçam uma territorialidade interna, não esquecida apesar da distância de suas terras de origem, “mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2021, p. 73- 74), que também faz parte de sua identidade como será apontada a seguir.

2.2 Identidade

A identidade está relacionada ao simbólico, e nunca deve ser vista como algo único, pois envolve diversos aspectos, em múltiplas escalas. Os movimentos de resistências para se manter em seus territórios são de suma importância na definição e fortalecimento da identidade, o território forma e fortalece a identidade de grupos sociais, construídas através das histórias de luta passadas e vividas ao longo do tempo (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009). Por isso, torna-se importante compreender a identidade através da relação com o poder simbólico, uma vez que este determina o jogo de forças em relação às identidades. O poder simbólico, “desta maneira, pode fazer uso de elementos espaciais, representações e símbolos, constituindo uma identidade territorial. Esta é definida historicamente” (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009, p. 6).

Saquet e Briskievicz (2009) trabalhando o conceito de identidade nos apresentam a visão de Woodward (2000), “este autor revela que a identidade é relacional e marcada pela diferença que, por sua vez, envolve a exclusão. Também há símbolos entre a identidade das pessoas e as “coisas” que elas usam, ou seja, a construção da identidade é simbólica e social” (WOODWARD, 2000, *apud* SAQUET e BRIRSKIEVICZ, 2009, p. 7). A exclusão social que para muitos serviria para dissolver a identidade, na maioria das vezes serve como fortalecedor, ela tende a:

[...] dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade. (HAESBAERT, 2021, p. 92).

Exclusão e resistência estão quase sempre interligadas, os excluídos, por sua vez, encontram em si a base para se manter em meio a sociedade a qual os excluem. Sousa

(2007) destaca um trecho da obra Manuel Castells (1999), a qual faz referência a essa questão.

[Há] identidade de resistência – criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 1999, p. 24 *apud* SOUZA, 2007, p. 126).

Enfatizando as características simbólicas dos povos tradicionais, podemos ver também aspectos inseparáveis do meio ambiente, pois vivem em perfeito equilíbrio com a natureza, esse aspecto também faz parte da identidade que segue com cada um por onde migram, sejam através dos pratos típicos de sua terra, os valores, cultura, o conhecimento, a sabedoria e tudo que é gerada a partir da vivência e da luta que é travada desde o nascimento até o fim da vida. Por isso a importância da correlação da identidade com o território, este último

[...] envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar (...) (HAESBAERT, 1997, p. 41).

A ligação com a natureza como fonte de recursos, está relacionada com as principais características da identidade dos povos tradicionais, fato observado não só na geografia como em outras disciplinas, como por exemplo na antropologia e história. Haesbaert (2021) nos explica a definição de identidade na concepção Godelier (1984) a qual nos dá um respaldo a esse respeito:

Godelier mantém na sua definição uma forte referência à natureza, fato muito presente no trabalho de antropólogos e historiadores que, freqüentemente, quando enfocam o território e os processos de territorialização, reportam-se à análise de sociedades tradicionais, como a sociedade indígena, que economicamente dependem muito mais das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades. Daí a importância dada ao território por Godelier como fonte de recursos, ao seu acesso, controle e uso (GODELIER, 1984, *apud* HAESBAERT, 2021 p. 73).

Por fim, a identidade sempre terá uma ligação com o simbólico de cada povo, tendo elementos que os distingue dos demais na sociedade moderna, esses elementos são vistos claramente na sua língua, etnia, cultura, crenças e o vínculo inerente com a espiritualidade

de seus antepassados, “esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer” (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996:13-14 *apud* HAESBAERT, 2021, p. 73). Esses elementos os fortalecem na luta por seus direitos e retomadas de seus territórios. A força desta carga simbólica é tamanha que o território é visto como “um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996, p. 14 *apud* HAESBAERT, 2021, p. 73). Podemos acrescentar também que “a realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades” (FERNANDES, 2004, p. 2), a luta e resistência perante aos conflitos é o que será analisado agora.

2.3. Conflitualidade e luta pela terra.

Os povos indígenas têm uma longa história de lutas sociais e conflitualidades, “a conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais (FERNANDES, 2004, p. 36), da luta física a armada, eles vêm resistindo a várias décadas e hoje essa resistência é também dentro do âmbito político. Território como já apontado por Haesbaert (1997), se baseia em três vertentes e nesse trecho podemos destacar a vertente jurídico-política, pois território também é “visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder” (HAESBAERT, 1997, p. 39), e como território é poder, “os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado” (FERNANDES, 2004, p. 46). Esses conflitos historicamente são muitos desiguais, pois os povos indígenas até a constituição de 1988, não tinha suas vozes ouvidas, dependendo de intermediários, como a FUNAI, para conseguir travar essas lutas dentro do caráter político brasileiro, porém até acontecer essa intermediação política, os povos indígenas já haviam perdido muito de seu território, por esbulho e divisões de terras feitas pelo governo em prol de fazendeiros, pois assim como hoje essas divisões são relacionadas a relações de poder e essas por sua vez são em sua maioria desiguais (MONDARDO, 2018).

[...] então se a gente tem de um lado todo um histórico e toda a veracidade dos fatos para o lado dos indígenas, que realmente foi um desastre o que o governo federal fez na época do aldeamento, negando toda essa relação do índio com a terra de pertencimento, a volta agora é conflituosa, porque o pessoal volta e se depara com fazendas, não mais com áreas de como havia há trinta, quarenta anos atrás. Então assim, é desigual e o lado mais fraco tá perdendo muita liderança[...]

(PROFESSOR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, DOURADOS, 02/02/2012 *apud* MONDARDO, 2018, p. 250).

No estado de Mato Grosso do Sul, a economia gira em torno da agropecuária, destaca-se neste estado “a concentração abusiva de riqueza é fator prepotente para a concentração da terra e a precarização/desterritorialização de povos indígenas” (MONDARDO, 2018, p. 249), essa luta de poder entre os povos indígenas que buscam retomar seus territórios e os proprietários rurais que querem expandir cada vez mais, e não perder “suas terras” para as retomadas, geram o que chamamos aqui de conflitualidades, ou seja, “a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo” (FERNANDES, 2004, p. 2). Ela é inerente

[...] ao processo de formação do capitalismo [...]. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais [...]. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, p. 6).

A dinâmica econômica do estado do MS como já dito, advém em sua maioria do agronegócio, “o processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias” (FERNANDES, 2004, p. 38). Deste modo, então, as retomadas das terras geram conflitualidades, e são vistas como algo prejudicial, principalmente na economia, essa visão prejudicial é difundida nas mídias gerando insegurança na população que veem a situação de fora, “este “estado de in-segurança” tem sido difundido pelas mídias (jornais, rádio e TV) local e regional, que atuam politicamente no sentido de fazer crer e ver que a demarcação das terras gera instabilidade econômica, política e até mesmo cultural” (MONDARDO, 2018, p.18).

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra (FERNANDES, 2004, p.38).

As conflitualidades vivenciadas pelos povos indígenas hoje fazem parte de sua identidade e, cada vez mais, lutam perante e contra as desigualdades vivenciadas por eles diante do sistema capitalista a qual foram impostos, “a desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção” (FERNANDES, 2004, p. 26). Mondardo, focando nos povos Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, fala a respeito da questão indígena e sua mobilização política.

A questão indígena em Mato Grosso do Sul é considerada uma das maiores tragédias da América Latina pela situação de desterritorialização/ precarização, insegurança e violência a que foram submetidos historicamente os povos Guarani e Kaiowá, e que tem se agravado no início do século XXI. Por isso, a mobilização política desses povos tem por objetivo, hoje, a reconstrução das identidades coletivas como estratégia de resistência e de luta por território e pela vida (MONDARDO, 2018, p. 17).

Esses conflitos geram, assim, sujeitos politizados, que buscam através do poder governamental, exercer e propagar aos demais seus direitos, como indígenas e cidadãos brasileiros. Vainer (2002, p. 28 *apud* Mondardo, 2018), considera:

[...] que o poder local pode construir "estratégias políticas transescalares". O local "e a cidade em primeiro lugar" constitui a "escala e arena possíveis de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas" (p. 28). A desarticulação das redes de dominação nasce dessa capacidade dos sujeitos políticos de articularem em escala local estratégias de ações políticas transescalares. Desse ponto de vista, a política local ou qualquer projeto e/ou estratégia política de resistência e transformação social e territorial envolve, engaja e exige táticas e mecanismos em cada uma das escalas de ação (MONDARDO, 2018, p.254).

Após todo sofrimento vivenciado por esses povos, eles tomam a frente política e reivindicam seus direitos de nascerem a suas terras, reafirmando sua resistência para a existência, buscando meios de se manterem em seus territórios nessa luta desigual de força, a qual são feitos acordos apenas para adiar ou omitir as conflitualidades, “os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo” (FERNANDES, 2004, p. 26-27).

As batalhas enfrentadas dentro da política não se comparam ao que eles ainda estão vivendo dentro de suas aldeias, buscando manter seus territórios perante conflitos e insegurança, acabam mortos e invisibilizados perante as grandes corporações midiáticas nacionais, sofrem repressão por parte da polícia, prisões, espancamentos e perseguições,

pois acima de tudo o Brasil é um país que gera extermínio dos grupos indígenas em favor do “desenvolvimento”.

Num sentido mais estrito da segurança, a tensão colocou em evidência o discurso e a prática da insegurança no que diz respeito àquelas situações ligadas a própria vida - ou a relação entre a vida e a morte, envolvendo, neste sentido, os riscos de violência, assassinatos, suicídios e até genocídios que colocam em jogo e a que estão submetidos à própria sobrevivência humana dos povos indígenas (MONDARDO, 2018, p. 17).

Ao retornarem a suas terras ancestrais e sagradas, que hoje estão nas mãos de fazendeiros, esses sofrem com a violência e a repressão, por meio da polícia e dos próprios fazendeiros que por muitas vezes os matam, pois são vistos como invasores e ladrões, quando na verdade só querem de volta as terras que foram tomados há séculos. “Os povos indígenas sofrem com a falta de acesso às suas terras tradicionais, pobreza extrema e outras mazelas sociais elevando o padrão de violência que é marcado por assassinatos de indígenas e perseguição por atos de protesto” (BRAGATO; BIGOLIN NETO, 2017, p. 167).

Sabe-se que a violência é uma herança histórica na interação entre o Estado – e sua sociedade – e os povos indígenas. Como afirmou Kerexu Yxapyry, liderança indígena Guarani Mbya da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC) (YXAPYRY, 2017), a consciência sobre a violência contra os povos indígenas “é o legado que a gente traz nas veias”. Independente da concepção de violência que se tome – seja a violência etnocida, que nega a diferença (CLASTRES, 2004, p. 61), ou a violência física – não há como negá-la, da colonização à colonialidade. Tida como um instrumento de controle ou de extermínio (HERCEG, 2014), fato é que a violência sobre os povos indígenas permanece caracterizando-os como vítimas perenes, a tal ponto de se afirmar que “os povos originários ainda estão presentes neste mundo”, como escreveu o indígena Ailton Krenak (2020, p. 50), “não é porque foram excluídos, mas porque escaparam”. (ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021, p. 82).

O aumento da violência contra os povos originários já pode ser notado em todo país, como divulgado no Atlas da Violência 2021 em parceria com outros órgãos. Foi feito um comparativo com anos anteriores, e com isso pode-se notar um aumento nas taxas de homicídios contra pessoas de comunidades indígenas de 2009 até 2019, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Brasil: Taxa de Homicídios: Brasil e Número e Taxa de Homicídios: Indígenas (2009 a 2019)

Atlas da violência 2021.

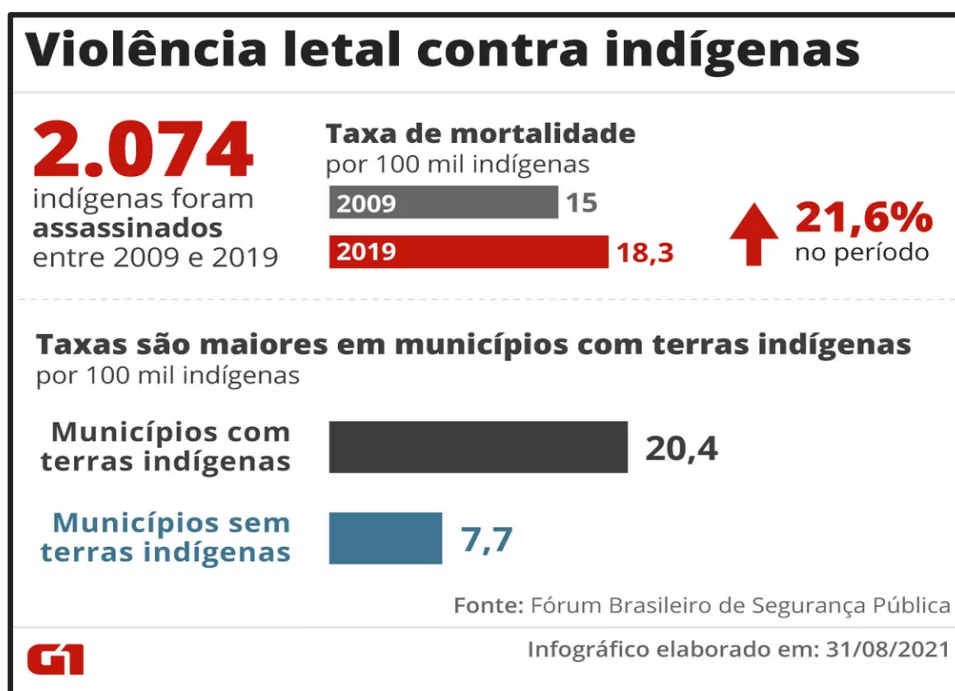
Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil (Taxa)	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,6	31,6	27,8	21,7

Indígenas (Taxa)	15,0	12,2	14,9	21,3	21,1	19,6	20,2	23,5	24,9	23,9	18,3
Indígenas (Número)	136	112	138	200	200	188	196	231	247	240	186

Adaptado pelo autor: Fonte: Censo 2010, PNADC, Fundação Nacional do Índio (Funai), MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de indígenas na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. A população indígena utilizada para o cálculo da taxa de homicídios indígenas é uma estimativa que seguiu as seguintes etapas: 1) Calculou-se a proporção de indígenas em cada município utilizando o número de indígenas e o número total de municípios do Censo de 2010; 2) Aplicou-se essa proporção à população de cada município (e em cada ano) encontrada em População Residente Estimativas para o TCU (Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poptbr.def>); 3) Somou-se à população indígena de todos os municípios em cada ano. Elaboração: Diest/Ipea, FBSP e IJSN.

A tabela apresenta as taxas de homicídios de indígenas e a taxa de violência letal no Brasil. Tais “taxas de homicídios indígenas aumentaram na última década, ao contrário da taxa brasileira” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 84). O jornal G1 de São Paulo, elaborou um gráfico mostrando detalhadamente esses dados.

Figura 3: Violência Letal contra indígenas.



Fonte: Violência contra indígena — Foto: Arte/G1

Os dados levantados no Atlas 2021, mostram a importância do processo das demarcações de terras dos povos tradicionais, e como a falta dessa demarcação faz com que as violências sobre esses povos aumentam gradativamente. Essa questão vem se tornando cada vez mais presente nas mídias mundiais diante das lutas que essas comunidades têm enfrentado para se manterem em suas terras e reivindicar seus territórios de origem que foram tomados e muitas vezes distribuídos pelo governo a

fazendeiros há muitos anos atrás, como foi o caso dos Terenas após a guerra com o Paraguai (1864-1870).

Os discursos e ações em torno da segurança proliferam hoje pelo mundo nos mais diversos segmentos sociais e em múltiplos espaços. No Brasil, essa realidade não é diferente. Ações em torno de um "estado" ou condição de segurança multiplicam-se na sociedade, desde aquelas situações ligadas à violência, às diferentes formas de exploração econômica, passando pelo debate identitário até "chegar" aos movimentos sociais, sobretudo aqueles relacionados diretamente à luta pela terra. Os mais variados grupos sociais em múltiplas escalas espaciais "reivindicam" segurança e alegam a propalada "in-segurança" que vivemos. Em Mato Grosso do Sul, os debates em torno da segurança (ou "in-segurança", pela sua ambivalência de uso), proliferam em meio à problemática da demarcação das terras indígenas (MONDARDO, 2018, p. 17).

Como já apontado, o direito à terra pelos povos tradicionais foi adquirido na Constituição de 1988, com a intenção de preservar sua identidade, tradições e evitar conflitos. Fica garantido o direito ao usufruto do solo e os recursos naturais ali disponíveis, ficando a cargo da União demarcá-los e protegê-los. Para isso foi determinado que o principal órgão responsável pela questão indígena e a demarcação de suas terras seria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa demarcação segundo FUNAI é feita em 5 fases, seguindo o Decreto nº 1.775/96:

1-Em estudo: Fase na qual são realizados os estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da área indígena.

2-Delimitadas: Fase na qual há a conclusão dos estudos e que estes foram aprovados pela Presidência da Funai através de publicação no Diário Oficial da União e do Estado em que se localiza o objeto sob processo de demarcação.

3-Declaradas: Fase em que o processo é submetido à apreciação do Ministro da Justiça, que decidirá sobre o tema e, caso entenda cabível, declarará os limites e determinará a demarcação física da referida área objeto do procedimento demarcatório, mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

4-Homologadas: Fase em que há a publicação dos limites materializados e georreferenciados da área, através de Decreto Presidencial, passando a ser constituída como terra indígena.

5-Regularizadas: Fase em que há a Funai auxilia a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), como órgão imobiliário da União, a fazer o registro cartorário da área homologada, nos termos do artigo 246, §2º da Lei 6.015/73. (FUNAI).

A constituição estipulou o prazo de cinco anos para oficialização dessas terras, porém não foi o que ocorreu. De acordo com a FUNAI, até 2021, constavam 68 áreas nos seus registros, dentre as quais 443 áreas se tratam de locais cujos processos de demarcação se encontram homologados/regularizados e 237 locais se encontram sob análise. Abaixo podemos ver a Tabela (2) com terras homologadas em diferentes governos e gestão presidencial.

Tabela 2: Número de homologações de terras nas últimas décadas

Governo	Número de homologações de terras
José Sarney (1985 - 1990)	67
Fernando Collor (Jan 1991 - Set 1992)	112
Itamar Franco (Out 1992 - Dez 1994)	18
Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002)	145
Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)	79
Dilma Rousseff (Jan 2011 - Ago 2016)	21
Michel Temer (Ago 2016 - Dez 2017)	0
Jair Messias Bolsonaro (Jan 2018 - Dez 2022)	0

Fonte: Adaptado do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Mesmo após assegurar seu direito à terra perante a Constituição Brasileira, as comunidades tradicionais ainda enfrentam diversos conflitos em busca da demarcação das terras que ainda não foram demarcadas, essa luta em busca de fazer valer seus direitos existem em diversas escalas, desde as pequenas aldeias que lutam para manter o pedaço de terra que ainda não lhes foi tirada, quanto no âmbito nacional a luta em comum de diversas etnias, em prol de um bem comum, o território.

De inimigos tornaram-se parentes, companheiros, irmãos de história na luta por direitos e interesses comuns contra um inimigo comum, aquele que os quer indistintos, portanto, extintos, enquanto povos etnicamente diferenciados. (LUCIANO, 2006, p. 33).

Dentre as dificuldades enfrentadas diariamente a atual luta de todas as comunidades indígenas do Brasil é contra o projeto de lei PL 490/07, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio (Câmara dos Deputados). Esse projeto de lei aprovado em 23 de junho de 2021 pode trazer mudanças drásticas nas demarcações das terras tradicionais. Esse PL traz consigo um novo requisito que é o marco temporal.

O marco temporal define que o critério para as demarcações de terras, seria a comprovação que os povos indígenas estavam ocupando aquele local antes ou na data de 5 de outubro de 1988, quando a Constituição Brasileira foi promulgada, ou se ficar provado que havia conflitos pela posse de terra. Com esse novo critério também podem ser revistos territórios com processos de demarcação já concluídos. A justificativa para a implantação do marco temporal foi a sua utilização pelo STF (Supremo Tribunal Federal) como argumento favorável na demarcação de terra Raposa Serra do Sol em Roraima, “iniciado em 27.08.2008” (YAMADA; VILLARES, 2010, p. 147). Definir que o julgamento de um caso específico de terras indígenas valerá para todos os demais, seria um grande erro, tendo em vista que cada caso tem suas particularidades. Além de não levarem em consideração a expansão rural e urbana, e os povos que foram expulsos e exilados de suas terras ou até mesmo mortos defendendo seus territórios desde a chegada dos colonizadores. Mondardo (2018) nos fala a respeito das relações de poder e das desigualdades dentro da mesma:

Tanto temporal quanto em relação às escalas espaciais, as relações são assimétricas. Há desigualdade de recursos político-jurídicos, de meios de comunicação/informação, de estratégias e mecanismos de pressão/resistência, de visibilidade/legitimidade dos discursos, além das formas de organização social coletiva (sejam elas de classe ou étnica) (MONDARDO, 2018, p. 250).

Essa nova luta gerou mobilizações de povos indígenas em todo Brasil, nas grandes cidades inclusive em Brasília durante todo período de votação contra o marco temporal e o PL 490. Mais uma vez, lutando pela garantia de seus territórios como é definido na constituição, por seus direitos e suas vidas, já que mesmo protestando de modo pacífico como forma de resistência, sofrem com a violência e os preconceitos. O marco temporal seria um retrocesso aos direitos territoriais já conquistados pelos povos indígenas na constituição, já que os esses povos já habitavam aqui muito antes de 1988, agora depois de várias votações adiadas diante aos protestos em todo Brasil, cabe ao STF a decisão de manter o entendimento que teve no caso da Raposa Serra do Sol, ou se mantém o direito originário dos povos indígenas adquiridos na Constituição de 1988.

Figura 4: Vigília em frente ao STF na noite do dia 24 de agosto de 2022.



Fonte: Scarlett Rocha / @scarletrphoto

A não compreensão dessa territorialidade pelos autodeclarados civilizados desde a "descoberta" do Brasil (e grande parte da sociedade moderna a qual valorizam as mudanças de localidades), gerou conflitualidades com diversas etnias indígenas, algumas até hoje não catalogadas por terem sido extintas (por doenças advindas do homem branco, genocídio, trabalho escravo, violência sexual, remoção forçada de suas terras para a chegada da civilização moderna, etc.) causaram impactos em comunidades que oferecem até os dias de hoje uma perspectiva única de como se relacionar com a natureza, subsistir dela, e ao mesmo tempo conservá-las. É necessário romper com esse genocídio generalizado contra essas comunidades, e para isso é necessário a devida demarcação de suas terras.

Em grande medida, a emergência do movimento indígena na luta articulada pelos seus direitos e interesses foi uma reação e uma resposta aos propósitos do Estado de emancipação dos índios. Desde então, iniciou-se um longo processo de superação do fantasma do desaparecimento dos povos indígenas, de reafirmação das identidades étnicas e da reconstrução dos projetos socioculturais dos povos sobreviventes. Este processo está em curso com horizontes ainda incertos, mas bem mais esperançosos por causa do protagonismo cada vez mais forte dos povos indígenas (LUCIANO, 2006, P. 20).

A resistência é a única forma de garantir seus territórios diante da expansão dos centros urbanos, garimpos ilegais, e a destruição da flora e fauna, a preservação destas é de extrema importância para esses povos sobreviverem em seus territórios, a resistência e

os conflitos fazem parte do território em si, e atuam como construtores de identidade, pois é um elemento fundamental de sobrevivência e existência desses grupos. Soma-se a isso “o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida” (FERNANDES, 2004, p. 2), como pudemos observar até aqui.

3. Os Terenas ontem e hoje

Pouco se sabe de sua origem, como muitos outros povos os Terena também têm suas histórias e lendas a qual explicam suas origens, passada pelas gerações através da tradição oral pelos anciãos, e que pode ser contada de muitas maneiras. Segundo Bittencourt & Ladeira (2000), os Terena viviam antigamente no Êxiva, lugar conhecido pelos purutuyé como Chaco e falavam a língua Aruák, e chamados pelos europeus de Guaná.

Sanches Lavrador escreveu um relato sobre sua viagem pela região do Exiva, em 1767, e afirmou que:

Em várias partes do Paraguai católico se tem notícia da nação chamada Guaná. Nome que engloba todos os subgrupos. Estes subgrupos usam nomes para se distinguirem entre si.

Francisco Aguirre, que percorreu a região em 1793, contou que:

Os Guaná, em seu idioma "Chané", isto é. "muita gente", habitam o Chaco paraguaio... das margens do rio Paraguai até os confins do Peru. É a nação mais numerosa... As nações Guaná que se conhecem nesta parte oriental são 5: Layana, Etelenoe ou Etelena, Equiniquinao ou Equiliquinao, Neguecatemi e Hechoaladi (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000, p. 35-36).

Silva e Bernardelli (2016), descrevendo a mobilidade espacial dos povos Terena, aponta que a razão para os povos Terena começarem a descer o Rio Paraguai em direção ao então Mato Grosso no século XVIII, foi a incursão espanhola no século XVI nas terras chaquenhas, pois os espanhóis em busca de riquezas promoviam sempre genocídios e roubos de terras. Essa migração teria ocorrido em 1767 (SILVA; BERNARDELLI, 2016).

Vargas (2011), embasada em Schuch (1995), nos aponta os motivos dos índios Chané-Guaná, juntamente com os Terena, estarem às margens do Rio Paraguai, e os problemas que se mantém mesmo após seu deslocamento, levando em consideração que os Terenas são “povos nômades por tradição” (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 4).

[...] a presença dos índios Chané-Guaná, incluindo os Terena, na margem oriental do rio Paraguai, durante a segunda metade do século XVIII e do século XIX, estava

vinculada a uma série de fatores, entre os quais, destacam-se dois: o primeiro, ligado à questão da colonização lusa-espanhola no Chaco paraguaio; o segundo, à questão do acompanhamento de outros grupos étnicos, com os quais mantinham relações. Ao se transferirem para o território brasileiro, estabeleceram-se no sul do Mato Grosso, próximos aos rios Miranda e Aquidauana, onde viveram problemas semelhantes aos do seu antigo território: a existência de outros grupos indígenas que já habitavam a região e, sobretudo, o processo de colonização que também se desenvolvia (VARGAS, 2011, p. 60).

Contudo, em 1864 ocorreu a Guerra do Paraguai, e os conflitos armados se intensificaram no Sul do Mato Grosso, “ocorreram principalmente na região em que se encontravam as suas principais aldeias” (VARGAS, 2011, p. 63). Tendo até mesmo participado da guerra para se manterem em suas terras.

Com a finalidade de permanecerem nas terras que ocupavam no então Sul de Mato Grosso, os Terena estabeleceram trocas de favores com o Império. Sentindo-se brasileiros, lutaram na guerra com o Paraguai (1864-1870), tendo seus territórios como palco do conflito internacional (VARGAS, 2008, p. 94).

Após o fim da guerra com o Paraguai, os Terena, mesmo sendo aliados dos brasileiros, parte de suas terras foram “destruídas, os Terena viram-se obrigados a deixá-las para se protegerem dos ataques paraguaios como os demais povos fizeram” (VARGAS, 2011, p. 61).

Seus territórios foram também invadidos por não índios que não aceitavam a presença dos Terena. Estes, por sua vez, resistiram à situação imposta, passando a denunciar às autoridades brasileiras as condições em que suas terras se encontravam e a reivindicar a posse de seus antigos territórios, revestidos dos direitos que sua participação na guerra lhes concedera (VARGAS, 2007, *apud* VARGAS, 2008, p. 94).

Haviam lutado na Guerra para garantirem os territórios que ocupavam, mas este direito não foi garantido pelo governo brasileiro (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000).

Com o fim da guerra e a consolidação do domínio brasileiro na região, o governo central transferiu as terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso, incluindo extensões do território Terena na Serra de Maracaju. Este, por sua vez, apoderando-se de vastas áreas e desconsiderando a legislação em vigor, em especial a Lei de Terras de 1850 (Lei 601 de 18 de setembro), declarou-as como terras devolutas e depois as repassou a terceiros. Essa é, segundo a análise de Oliveira e Pereira, a gênese dos atuais conflitos na região, pois espoliou os Terena dos territórios que até então haviam defendido ferozmente e que, direta ou indiretamente, haviam contribuído decisivamente para manter sob o domínio do Estado Brasileiro (FIOCRUZ, 2019, p. 1)

Após serem ludibriados pelo governo, e com isso terem que ir trabalhar nas fazendas muitas vezes sem receber salário, e passado por diversos tipos de humilhações, “Os Terena conhecem esse período como o tempo da servidão” (AZANHA, 2001, p. 6 *apud* VARGAS, 2008, p. 96).

Espoliados de suas terras pelas frentes agropecuárias que abruptamente desterritorializavam os grupos de famílias Terena de seus territórios ancestrais, espalharam-se pelas fazendas que surgiam na região, sendo usados como força de trabalho (absorvidos como mão-de-obra cativa) (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 5).

Assim, é notável que a “década de vinte do século passado marca o início das migrações (mais expressivas) dos Terena para os centros urbanos, que foram intensificadas nos anos trinta” (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 6). Essa migração marca assim o início de mais uma luta pela sobrevivência que se estende até os dias atuais, pois os povos indígenas após serem inseridos nas cidades enfrentam outros desafios, como por exemplo moradias precárias e trabalho mal remunerado. Porém, mesmo estando em um cenário urbano, esses povos mantêm suas práticas tradicionais, desenvolvendo formas de manter viva sua identidade cultural, valores e saberes que carregam consigo por gerações e que são passados adiante mesmo fora das aldeias, pois “a construção do saber, no perspectivismo indígena, deriva-se de práticas empíricas, simbólicas, ideais e materiais” (CLAUDINO, 2019, p. 222).

3.1. Do campo à cidade

Como já apontado, os povos Terena passaram e ainda vivenciam um intenso processo de migração. Sabe-se que “as migrações são um processo multidimensional, condensando toda a complexidade da des-re-territorialização das sociedades” (HAESBAERT, 2021, p. 233). Também pode ocorrer por diversos motivos, como políticos, econômicos, religiosos e culturais, mas em grande parte as migrações se dão pela procura de uma vida melhor a qual não se encontra disponível ou se é negada na localidade onde se está.

No caso dos povos originários muitos deles migraram de seus territórios para as grandes cidades do Brasil devido ao crescimento das áreas urbanas que acabam englobando os territórios indígenas, e por conta disso deixam ou mesmo são expulsos de suas terras e forçados a migrar para as cidades, a partir da “década de 1960 a migração das

terras indígenas para as cidades se intensificou” (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 1). Vemos então que “a presença dos grupos indígenas nas cidades brasileiras não é um fenômeno recente, fatores como precarização das condições de vida em suas terras (saúde, educação, trabalho, problemas relativos à demarcação da terra, violência, entre outros)” (SILVA; BERNARDELLI, 2016, p. 1) amplificam essa migração. Como já apontado nos dados do censo do IBGE, em 2010 no Brasil existiam 896 917 mil indígenas, dentre esses 36,2% residiam em áreas urbanas, conforme a Tabela 3.

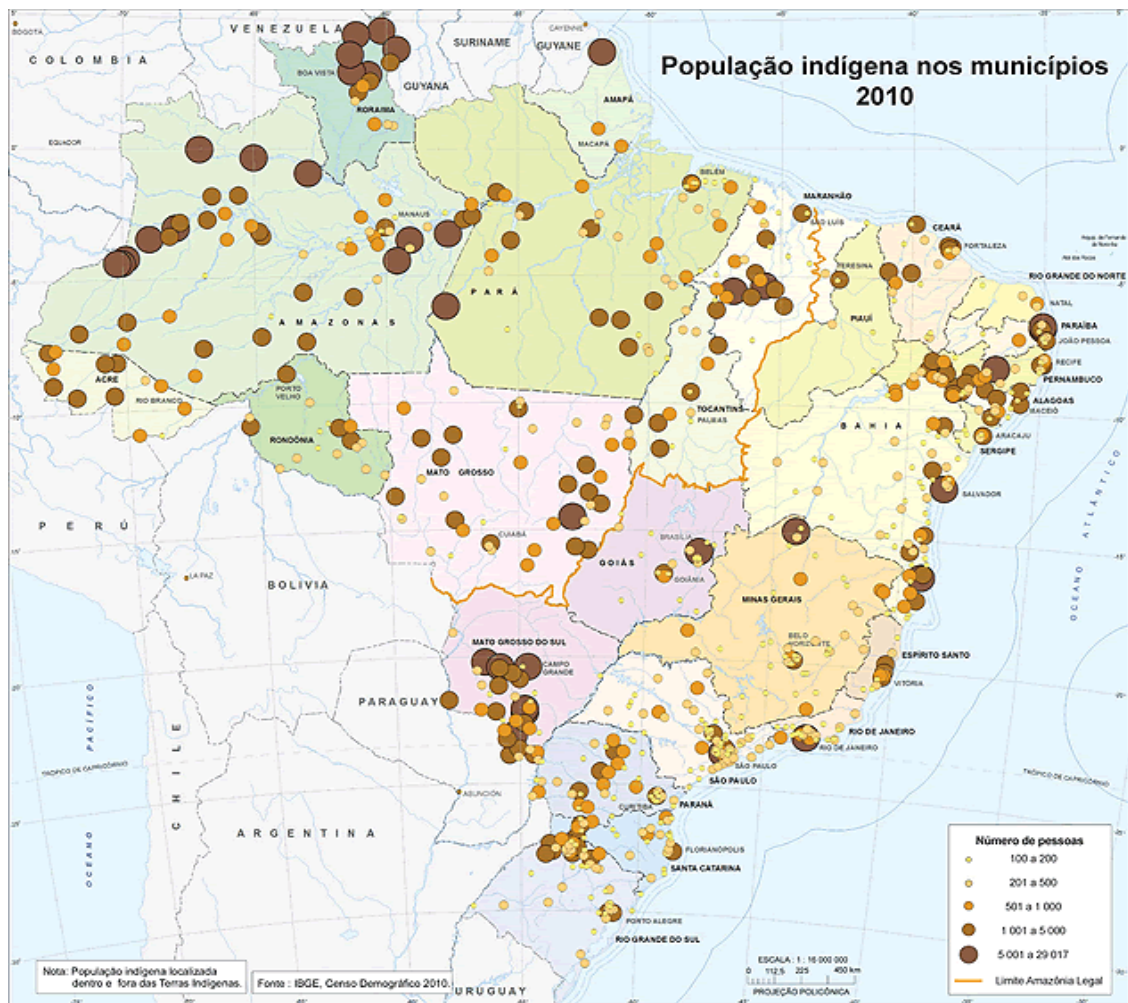
Tabela 3: População indígena por situação do domicílio, segundo a localização do domicílio - Brasil, 2010.

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572 083
Terras Indígenas	517 383	25 963	491 420
Fora de Terras Indígenas	379 534	298 871	80 663

Adaptado pelo autor: **Fonte:** IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Em relação a espacialização considerando os municípios no Brasil, a população indígena tem se mostrado presente em todos os quadrantes do território nacional, conforme a Figura 5.

Figura 5: População Indígena nos municípios em 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ao longo da nossa história, muitos povos perderam e ainda hoje perdem seus territórios e até mesmo a vida em meio aos conflitos com grandes latifundiários através de lutas para demarcação de suas terras, e essas lutas por muitas vezes os fazem perder o acesso a recursos básicos de sobrevivência dentro de suas aldeias.

A migração dos povos originários para as grandes capitais do país, se dá de modo silencioso, porém não passa despercebido.

A migração indígena para os centros urbanos ocorre de diversas maneiras, desde o traslado de grupos familiares para bairros onde já há um contingente grande de índios organizados politicamente até casos de migração de indivíduos para a cidade em busca de empregos, tratamento de saúde, educação ou um novo estilo de vida. Se o índio migra para a cidade abandonando sua aldeia, algum motivo há e o mais conhecido é o da falta de apoio que o governo, por meio da FUNAI, tem deixado de dar-lhes (BAINES, 2001, p. 08 *apud* BATISTOTI; LATOSINSKI; 2019, p. 333).

Assim como em âmbito nacional, o processo de migração dos povos indígenas da aldeia para a capital de Mato Grosso do Sul não é um processo recente, como pode ser observado com a etnia Terena. Segundo Sant'Ana (2004, p. 19):

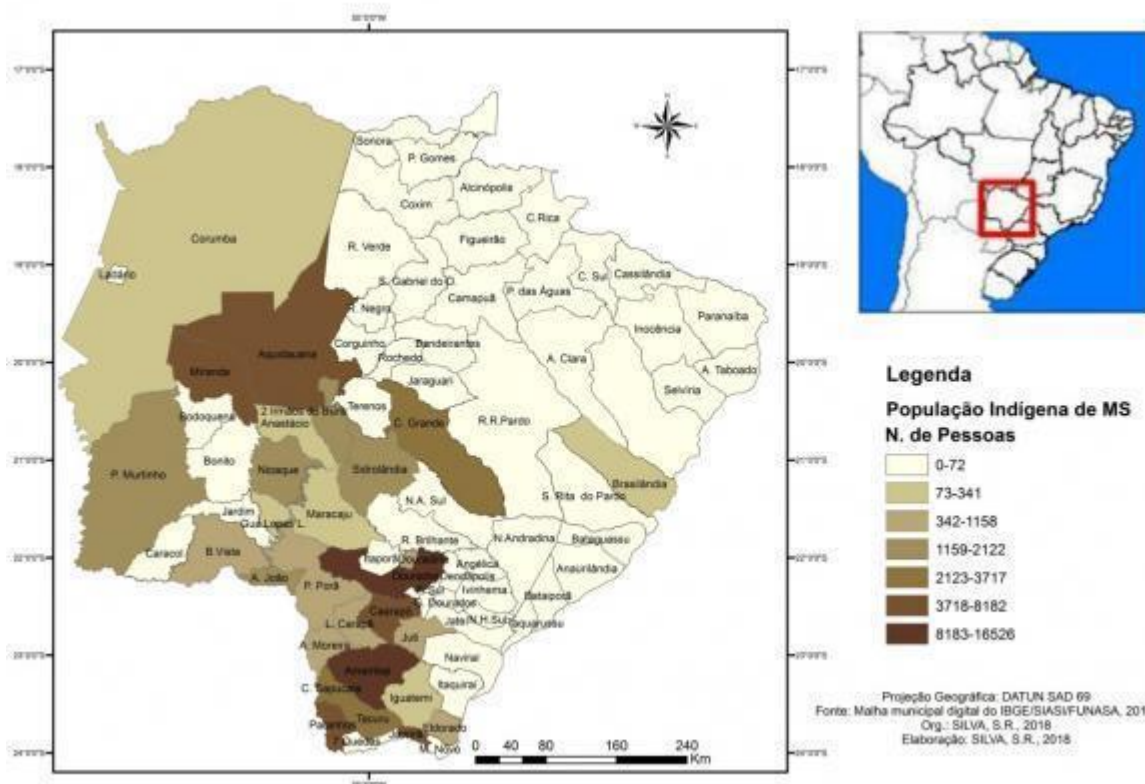
Esse processo, de transferência da aldeia para a cidade, teve início na década de 1920, com a vinda de apenas alguns Terena para a cidade de Campo Grande; desde então o processo vem se intensificando e a cada ano aumenta o número de famílias Terena vivendo na sociedade urbana.

A migração dos Terenas para os centros urbanos tem sua principal causa na insuficiência de recursos em seus territórios ao longo do tempo, a qual muitos deles ficam restritos em pequenas reservas, sem atenção do Estado brasileiro, que não leva em consideração a grande população existente dessa etnia nas mesmas. Ladeira (2001), faz referência a esse aspecto quando diz:

Destacamos o termo 'aldeados' pelo fato de ser cada vez maior o número de Terena que se dirigem à periferia das cidades da região em busca de melhores condições de sobrevivência. As raízes desse êxodo em direção aos centros urbanos estão na exiguidade das terras das comunidades Terena, pequenas 'ilhas' cercadas por grandes fazendas, incapazes de comportar a grande população desse grupo étnico. (LADEIRA, 2001, p. 23).

Segundo o Censo do IBGE de 2010, Mato Grosso do Sul concentrava 56% dos povos indígenas da região centro-oeste, sendo o segundo estado com a maior concentração de povos indígenas do Brasil. Na Figura 6 é possível verificar essa espacialização.

Figura 6: População indígena em Mato Grosso do Sul



Fonte: SILVA, 2018.

O mesmo censo aponta que os povos da etnia Terena seriam o maior em população habitando fora de terras indígenas.

Tabela 4. População indígena com indicação das 15 etnias com maior número de indígenas, por localização do domicílio Brasil - 2010.

Número de ordem	Total		Nas Terras Indígenas		Fora das Terras Indígenas	
	Nome da etnia	População	Nome da etnia	População	Nome da etnia	População
1	Tikúna	46 045	Tikúna	39 349	Terena	9 626
2	Guarani Kaiowá	43 401	Guarani Kaiowá	35 276	Baré	9.016
3	Kaingang	37 470	Kaingang	31 814	Guarani Kaiowá	8 125
4	Makuxi	28 912	Makuxi	22 568	Múra	7 769
5	Terena	28 845	Yanomami	20 604	Guaraní	6.937
6	Tenetehar	24 428	Tenetehar	19 955	Tikina	6 696

	a		a			
7	Yanomami	21 982	Terena	19 219	Pataxó	6381
8	Potiguara	20 554	Xavante	15 953	Makuxi	6 344
9	Xavante	19 259	Potiguara	15 240	Kokama	5976
10	Pataxó	13 588	Sateré-Maw é	11 060	Tupinambá	5715
11	Sateré-Maw é	13 310	Mundurukú	8 845	Kaingang	5 656
12	Mundurukú	13 103	Kayapó	8 580	Potiguara	5314
13	Múra	12 479	Wapixana	8 133	Xucuru	4 963
14	Xucuru	12 471	Xacriabá	7 760	Tenetehara	4 473
15	Baré	11 990	Xucuru	7 508	Atikum	4 273

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010. Adaptado pelo autor.

Ao chegar na cidade de Campo Grande, muitas dessas famílias ficam em casa de conhecidos, ou mesmo montam barracos em ocupações próximas às AUs (Aldeias Urbanas) nos bairros periféricos das cidades. Segundo Batistoti e Latosinski, (2019, p. 335) “para a Prefeitura Municipal de Campo Grande são reconhecidas AUs aquelas construídas por meio de recursos provenientes do município ou do estado”, seriam elas: Marçal de Souza, Água Bonita, Tarsila do Amaral e Darcy Ribeiro” (CAMPO GRANDE, 2014, *apud* BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019, p. 335). Porém, em pesquisa feita diretamente com a FUNAI em abril de 2022 em Campo Grande MS, foram constatados que existiriam pelo menos 15 comunidades tradicionais na capital, com a presença dos povos da etnia Terena com base nos dados de distribuição de cestas de alimentos distribuídas por intermédio da FUNAI em Campo Grande MS, sem contar os indígenas espalhados pela cidade que não se identificam como parte de uma comunidade.

O bairro Indubrasil possui duas comunidades, uma do cacique (Oidi) e outra da cacique (Cleuza), denominadas de Comunidades Indubrasil. O Jardim Inápolis também possui uma comunidade indígena atendida pela distribuição de alimentos. No bairro Vila Ramona tem a comunidade Vila Ramona/Parava. Na vila Bordon se encontra a Comunidade Vila Bordon, localizada à beira córrego. No bairro Santa Mônica, tem a Comunidade Santa

Monica/Novo Dia. No Jardim Noroeste, atendidos pela distribuição de cestas da FUNAI se encontra cinco comunidades: Comunidade Estrela da Manhã, Comunidade Serraville/Nova Canaã, a qual é um desmembramento da Comunidade Estrela da Manhã por conflito de lideranças; Darcy Ribeiro, Agua Funda e Comunidade Jardim Noroeste, essa última em especial é um tipo de assentamento que contém famílias espalhadas, as residências não são próximas umas das outras.

No bairro Tiradentes se encontra a Comunidade Marçal de Souza, a qual é bem conhecida na cidade. A FUNAI também atende famílias em uma comunidade no bairro Caiobá, um assentamento no Jardim Aeroporto e a Comunidade Água Bonita no bairro Nova Lima. Algumas dessas comunidades não contém somente pessoas da etnia Terena, porém sua grande maioria é formada delas. Vale ressaltar que existem outras comunidades indígenas pela nossa cidade, e que esses dados são apenas referentes às famílias que recebem as cestas de alimentação.

Cada AU (Aldeias Urbana), tem suas particularidades, entretanto, elas partilham semelhanças: estruturas precárias de moradia, ausência de serviços de saúde e de educação específicos para indígenas, falta de espaços públicos e lazer, criação de aldeias distantes da cultura indígena, localizadas nas periferias da cidade e à margem da sociedade - com exceção da Marçal de Souza que se encontra melhor localizada devido à expansão urbana na região (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019, p. 336).

A aldeia urbana Marçal de Souza, foi implantada em 1999, localizada no bairro Tiradentes, foi a primeira AU criada na Capital do MS (BATISTOTI; LATOSINSKI; 2019). A AU Marçal de Souza, possui características indígenas e não indígenas, pois foi invadida por não indígenas, que antecipou a ocupação por partes dos Terenas, fazendo-os residir em acampamentos em condições precárias (CARDOSO, J. et al., 2020). Os domicílios a qual esses povos receberam, era de qualidade inferior aos domicílios convencionais, “algumas moradias são compostas de alvenaria e telhados de fibrocimento com o formato circular, remetendo a forma tradicional, além de não possuir acabamento nas vedações, calçamento nos terrenos e variação no estado de conservação” (CARDOSO, J. et al., 2020, p. 4).

A aldeia urbana Água Bonita, ou comunidade indígena Água Bonita, está localizada no bairro Nova Lima. Foi implantada em 2001, e é considerada a segunda aldeia urbana da capital (BATISTOTI, LATOSINSKI, 2019). Assim, “processo de consolidação da comunidade Água Bonita deu-se a partir das mesmas estratégias de inserção no espaço urbano anteriormente empreendidas pelo poder público junto a outros indígenas desaldeados”

(SILVA, BERNARDELLI, 2016, p. 8). Em seu trabalho de pesquisa sobre a comunidade Água Bonita (SILVA, BERNARDELLI, 2016), é indicado que o principal motivo dos indígenas dessa comunidade virem para a capital, foi a procura por emprego, acesso à educação e assistência médica, a pesquisa dos mesmos também nos aponta que a implantação do conjunto habitacional não deu fim ao problema de moradia, deixando ainda muitas pessoas em situações precárias. Em suas palavras:

Entretanto, a construção desse conjunto habitacional não solucionou completamente a questão da moradia para a comunidade, sendo constatado em visita ao local uma ocupação irregular (composta por índios e não índios, com cerca de 200 famílias) que se encontra em uma parte do terreno dessa Comunidade Urbana, utilizando uma parcela destinada à Área de Proteção Permanente, e vivendo em condições bastante precárias (SILVA, BERNARDELLI, 2016, p. 9).

Por último, porém não menos importante, a comunidade indígena Darcy Ribeiro, que fica localizada no bairro Jardim Noroeste, bairro este conhecido na capital como um dos piores para se residir, por escassez de investimentos e por conter o Presídio de Segurança Máxima do município. Essa comunidade foi implantada no ano de 2007, porém a ocupação do local, já vinha desde março de 2003, assim como as outras duas apresentam situações de moradias precárias até os dias atuais, e é considerada a terceira aldeia urbana de Campo Grande (BATISTOTI; LATOSINSKI; 2019). A antropóloga Katya Vietta (2015) nos aponta os motivos da ocupação na região:

As dificuldades para pagar aluguel ou comprar imóveis também foram o motor para a ocupação da parte centro-sul do Jardim Noroeste, onde 100 famílias terena, na maioria oriunda dos municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque, Anastácio, mas já dispersas pelos bairros da cidade ou coabitando com parentes na então superlotada Marçal de Souza, permaneceram acampadas, entre 2003 e 2007, reivindicando políticas públicas habitacionais para os índios que optaram por se tornar campo-grandenses (VIETTA, 2015, p. 105).

Ao sair de suas aldeias em direção às cidades, começa um processo de reterritorialização, buscando criar relações de pertencimento em um novo meio. Haesbaert (2021) citando o "primeiro teorema" deleuziano, nos afirma que não há uma desterritorialização sem territorialização. Mesmo em um novo território não significa exatamente que os mesmos estão desterritorializados, ou mesmo que vão abandonar suas raízes e identidades culturais, porém constrói novas territorialidades a partir do ambiente que se insere.

Assim, não é obrigatoriamente por sair de seu território de origem, mesmo no caso das migrações internacionais, que os migrantes se tornam, automaticamente, "desterritorializados", o mesmo acontecendo em relação a sua identidade em termos de nacionalidade ou de grupo étnico (HAESBAERT, 2021, p. 150).

Então mesmo nas cidades, há sempre uma tentativa ainda de manter viva a identidade e tradições que carregam consigo. Porém, viver na cidade é algo completamente diferente do que foi vivenciado nas aldeias, começando pelo acesso à moradia, que é muito mais difícil nas cidades como já apontado. Muitas ocupações indígenas demoram anos até terem respaldo do poder público, o que fazem com que essas famílias vivam de formas precárias, e quando respaldadas continuam na precarização, sem acesso ao básico, como saúde, segurança, saneamento básico, água potável e suscetível a diversas doenças inclusive a depressão que muitas das vezes levam ao suicídio.

Este ato praticado entre os indígenas é influenciado por questões históricas, cosmológicas e territoriais, inerentes à própria luta contemporânea para viverem o teko (modo de vida, territorialidade) nos territórios de ocupação tradicional (tekoha) (STALIANO et al., 2019, p. 18).

Por essa e outras razões, essas pessoas sempre mantêm contato com seus familiares e o vínculo com as aldeias, para caso não restar mais alternativas, possam retornar para seus familiares que ainda os aguardam. Oliveira (1968), nos faz essa afirmação em seu livro *Urbanização e Tribalismo*, reafirmando o vínculo dos povos Terena com suas aldeias.

[...] a migração para a cidade, sobre ser família, representa uma separação radical entre a velha e a nova vida. Entretanto, essa separação não significa uma desvinculação da comunidade de origem, onde o Terena deixa parentes e, frequentemente, o seu lote de terra, guardado e respeitado por seus patrícios. Pelo menos enquanto o índio migrante não possui seu próprio lote na cidade como é o caso dos de Aldeinha, sítio Terena suburbano de Aquidauana, suas relações com a aldeia persistirão a ponto de manter certa periodicidade nas visitas que elas fazem (OLIVEIRA, 1968, p. 227).

Dentre tantas dificuldades estruturais, podemos destacar também a discriminação, falta de direitos e a violência que é direcionada a esses povos principalmente nas cidades, os povos indígenas são alvos de comentários e atitudes discriminatórias por parte de uma população que se considera "superior". O que faz com que essas pessoas acabem se deslocando cada vez mais para as periferias das cidades.

A violência tem dimensões simultaneamente material e simbólica, decorrente do comprometimento estrutural das condições de sobrevivência dos povos e das pessoas indígenas através da deterioração da qualidade de vida decorrente da ausência de demarcação das TIs, como também da degradação ambiental, da insegurança frente às invasões relacionadas com atividades extrativistas, da expansão da atividade agropecuária, da construção de rodovias, ferrovias, represas e hidrelétricas em seus territórios ou próximos. Essas pressões são causadoras de deslocamentos forçados, que não raras vezes conduzem indivíduos de povos indígenas para áreas periféricas das cidades, refletindo as dificuldades que enfrentam para permanecer e sobreviver em seus próprios territórios. Não suficiente, a situação de risco e perda da qualidade dos vínculos sociais é permanente e produz questões desafiadoras no nível da saúde mental, com ansiedade, angústia e depressão, não raras vezes expressas em formas de suicídios em grande número e violência doméstica (BRASIL, 2017 *apud* ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 82).

Nas cidades, além do preconceito, e muitas vezes a exclusão geográfica (no sentido de serem realocados para as periferias da cidade, onde novamente não se tem acesso a tudo que precisa para ter uma vida plena), esses indígenas passam por um processo de “territorialização precária” (HAESBAERT, 2021), na Capital do MS.

Como já apontado por Haesbaert (2021), em *O mito da desterritorialização*, não existe uma desterritorialização sem uma re-territorialização, e essa re-territorialização pode acontecer de várias formas e distintas dimensões, dependendo do indivíduo e das condições disponíveis no espaço. Então usaremos o termo geográfico *reterritorialização precária*, termo esse usado por Haesbaert (2021), que é de grande importância para “entendimento da dimensão política no/do espaço urbano, pois estes são fruto de uma “condição social extremamente precarizada” (HAESBAERT, 2007, p. 327; *apud*, GOIS QUEIROZ, 2018, p. 82) “conformando o processo de territorialização precária, surgindo aglomerados de exclusão no espaço urbano, as ocupações irregulares, muitas vezes questionadas judicialmente pela lei da propriedade privada” (GOIS QUEIROZ, 2018, p. 82). No caso dos povos indígenas nas cidades, grande parte dessa re-territorialização é uma inclusão precária, que é feita de por parte do Estado, os recolhendo para as periferias das cidades, denominado por Haesbaert como “aglomerados humanos de exclusão” (HAESBAERT, 1993; 1995; *apud* HAESBAERT; 2021, p. 313).

Aglomerados de exclusão, é utilizado aqui para “traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de desterritorialização ou de territorialização precária” (HAESBAERT; 2021, p. 313).

O termo "aglomerado" serve assim tanto para definir "conjuntos, agrupamentos" em geral - de onde provém concepções como as de "aglomeração humana" ou

"urbana", quanto para significar "amontoamento", um tipo de agrupamento em que os elementos estão "ajuntados confusamente". Esta é, aproximadamente, a noção aqui proposta para aglomerados de exclusão, espécie de "amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão (HAESBAERT, 1997, p. 148; *apud* HAESBAERT, 2021, p. 314).

O termo aqui destacado, se enquadra bem na análise feita nas aldeias urbanas na cidade de Campo Grande, são comunidades excluídas e isentas de investimento do poder público, geralmente realocadas para as piores regiões da capital, com pouco investimento em infraestrutura, conforme podemos observar nas Figuras 7, 8 e 9.

Figura 7: AU Darcy Ribeiro.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 8: AU Água Bonita.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 9: AU Marçal de Souza.



Fonte: Acervo pessoal.

Podemos observar em *Urbanização e Tribalismo* (1968), de Roberto Cardoso de Oliveira, que os povos Terena, ao falar da migração dos mesmos, identifica suas localidades dentro das cidades de Campo Grande e Aquidauana, localizando-os em três principais bairros:

Nessa cidade, os migrantes Terena se distribuíram em três bairros principais: Amambaí, Taveirópolis e Villa Jardim Paulista, ocupando-as de modo disperso, ao contrário do que teve lugar em Aquidauana, onde se concentraram também em três áreas, transformando-as, porém, em três grupos vicinais. A pesquisa revelou que, malgrado a distância entre os grupos domésticos, as relações entre eles são mantidas e indicam um grau bastante expressivo de coesão social. (OLIVEIRA, 1968, p. 131).

É interessante destacar nesse momento, que esses bairros citados pelo autor em 1968, Amambaí, Taveirópolis e Villa Jardim Paulista, nos dias atuais são considerados bairros de classe média, com a mínima ou quase nenhuma presença de comunidades desses povos. Podemos então visualizar como ao longo dos anos essas comunidades foram retiradas para as periferias da cidade, seguindo as “oportunidades” de habitação disponibilizadas pela prefeitura nesses lugares afastados do centro da cidade. Hoje podemos notar que essas comunidades se concentram em bairros como, Jardim Noroeste, Núcleo Industrial, Popular, Nova Lima, entre outros que ao analisar o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) dos bairros de Campo Grande, se pode ver claramente em qual condição são obrigados a viver quando analisado a educação, renda, saneamento ambiental e moradia dos bairros onde habitam e o contraste com os bairros de classe média/alta.

Tabela 5. IQVU 2010 – Ranking dos bairros de Campo Grande.

Bairros	RU	Dimensão				IQVU	Ranking
		Educação	Renda	S. Ambiental	Moradia		
Chácara Cachoeira	Prosa	0,99	0,99	0,98	0,85	0,95	1
Itanhangá	Centro	0,97	0,93	0,99	0,87	0,94	2
Jardim dos Estados	Centro	0,86	0,94	0,95	0,97	0,93	3

Tiradentes	Bandeira	0,63	0,31	0,82	0,58	0,58	43
Nova Lima	Segredo	0,40	0,11	0,70	0,63	0,46	64
Noroeste	Prosa	0,12	0,09	0,34	0,24	0,20	74

Adaptado pelo autor: Fonte: PLANURB/Divisão de Estatística, com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Vemos então a exclusão social a qual essas comunidades são submetidas dentro dos centros urbanos, exclusão essa que nas palavras de Haesbaert (2021) nos deixa um alerta para utilização da expressão:

Antes de mais nada, a exclusão deve ser sempre qualificada, adjetivada, para ser tratada com mais rigor, e jamais deve ser vista na perspectiva conservadora que faz uso do termo para legitimar medidas paliativas de "reinserção" social, sem questionar as condições de (in) justiça social, (in)eqüidade econômica, (falta de) autonomia política e reconhecimento cultural dos grupos sociais nela envolvidos (HAESBAERT, 2021, p. 318-319).

Haesbaert (2021) se baseando em (SIBLEY, 1995), nos faz ver que essa exclusão vai além somente das desigualdades já observadas até o momento:

Isto inclui as desigualdades relativas a gênero, etnia, faixa etária, deficiência física e nível cultural, ou seja, uma exclusão que vai além das desigualdades socioeconômicas e envolve também as diferenças socioculturais que incluem a própria rejeição do Outro (HAESBAERT, 2021, p. 319).

Podemos ver através das Figuras 10, 11 e 12 dos bairros analisadas até aqui, como essas pessoas vivem em situação de pobreza e exclusão socioespacial nessas periferias:

Figura 10: AU Darcy Ribeiro.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 11: AU Marçal de Souza.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 12: AU Água Bonita.

Fonte: Acervo pessoal.

As sociedades urbanas são parte do sistema capitalista, por falta de uma condição financeira decente, esses povos ficam isolados em suas casas restritos a seus bairros, pois para quase tudo nos centros urbanos é necessário dinheiro. Além disso, enfrentam um grande choque cultural, pois muitas dessas pessoas viviam de outro modo nas aldeias, onde não era necessário comprar o que comer, pois podiam caçar, plantar e colher, e apesar disso procuram se integrar e resistir.

Assim denominam os movimentos dos povos indígenas e camponeses da América Latina, posto que esses grupos não só lutam para resistir contra as ações degradantes impostas pelo grande capital, mas que também clamam por uma nova forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, através de modos diferenciados de sentir, atuar e pensar (LEFF et. al, 2002, p. 517 *apud* VARGAS, 2008, p. 113).

Podemos considerar também que um dos motivos para essas pessoas virem para as cidades é a procura de emprego, chegando aqui mais uma vez não se tem acesso a esse recurso de sobrevivência nas cidades, pois para muitos brancos os povos indígenas por seu modo de vida diferenciado dos habituais nas cidades, são considerados preguiçosos,

vagabundos e discriminados em vários locais, como na rua, mercados, entre outros, por sua cultura, modo de vida e a aparência.

Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, "recurso" deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como "recurso", inerente à nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial - isto é, em outras palavras, "desterritorialização". Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido "forte", ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto "recurso" ou "apropriação" (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (HAESBAERT, 2021, p. 315).

Esse ciclo de preconceito associado à pobreza dessas pessoas, é algo multidimensional, Haesbaert (2021) analisando a exclusão social na visão de Room (1999) diz:

De acordo com Room (1999), a exclusão social é multidimensional (em hipótese alguma apenas de ordem econômico-financeira), dinâmica ou mutável (e historicamente definida, acrescentaríamos), encontra-se espacialmente contextualizada (não apenas ao nível de indivíduo-família mas também de circunvizinhança e "comunidade"), é relacional muito mais do que meramente distributiva (depende da participação/integração social e das relações de poder) e implica um tipo de descontinuidade (mas não a completa separação) na relação entre os "excluídos" e o restante da sociedade (HAESBAERT, 2021, p. 318).

A partir das dificuldades apontadas até então, sobretudo com os pares exclusão social e "inclusão precária", cabe aos povos indígenas se adaptarem à nova realidade a qual estão inseridos, nesse caso, mais uma vez se adaptar a um novo território, e as mudanças que virão a partir disso, se inserindo em múltiplos núcleos culturais, convivendo próximos, ou até mesmo no mesmo espaço, influenciando novos indivíduos e ao mesmo tempo sendo influenciados por eles, gerando assim, novas identidades a qual será passada para as gerações futuras, como parte da identidade criada a partir daquele momento no novo espaço inserido em questão.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Esse processo de inserção em uma nova dinâmica social, política e cultural, gera o que chamamos de multiterritorialidade, esse processo de multiterritorialização seria a experiência de viver em múltiplos territórios, se inserindo em novas culturas e novos saberes. A necessidade de convivência dos povos indígenas com o homem branco, gerou a necessidade de se adaptar aos novos costumes, e a uma nova ordem social, já que a cultura, a política e a economia são tratadas de modo diferente nas aldeias. Mondardo (2018) nos explica a dinâmica da multiterritorialidade e como ela é para além da possibilidade de estar em mais de um território:

A multiterritorialidade envolve uma alternância não simplesmente quantitativa - pela abertura ampliada de alguns sujeitos para acessar, conectar-se a diversos territórios - mas, sobretudo, qualitativa, tendo em vista que a possibilidade de entrar, sair e combinar a vivência de vários tipos de territórios, reconstruindo, assim, uma territorialidade de multipertencimento e sobreposição territorial. A condição para a efetiva realização da multiterritorialidade é a presença de uma multiplicidade de territórios territorialidades, bem como sua articulação na forma, principalmente, de territórios-rede. Esses territórios são sempre múltiplos e conjugam maneiras de controle nas mais variadas escalas e sobreposições territoriais, seja nas formas de territórios-zona ou em redes de conexão, desenham uma "multiterritorialização" (MONDARDO, 2018, p. 122).

Ao contrário do que se pensava o processo de multiterritorialização, não exclui o território original do indivíduo, nem mesmo o substitui, por muitas vezes esse processo serve de fortalecedor identitário, esse processo “não implica no desaparecimento, em hipótese alguma, de formas "antigas" de território que ainda continuam presentes, complexificando e formando novas organizações espaciais” (MONDARDO, 2018, p. 121). Dentro das cidades se tem uma multiplicidade de territórios a qual facilita a construção e inclusão de multiterritorialidades culturais.

Diferente do passado, as territorialidades vivenciadas hoje “dentro” e “fora” da reserva se tornaram ainda mais múltiplas, assim como as identidades acionadas. As múltiplas identidades são fundamentalmente parte das relações com os outros, no sair e entrar de territórios, que possibilita a construção de múltiplas territorialidades vivenciadas no trânsito de entrada e saída (MOTA, 2011, p. 247-248).

Quando inseridos nas cidades essa comunidade faz de tudo para sobreviver, “tanto nas cidades quanto nas aldeias os Terena resistiram à destribalização, apegando-se ao comportamento que melhor lhes favorecesse em sua acomodação nas novas condições de existência” (VARGAS, 2008, p. 97). Buscam vender seus artesanatos, bordados, legumes e verduras na capital, ou mesmo vão trabalhar em outras cidades em épocas de colheita,

buscando sobreviver e nesse processo se inserindo em múltiplos territórios, pois dependem dessa renda para sua própria sobrevivência e de seus familiares.

Os Terena, por contarem com uma população bastante numerosa e manterem contato intenso com a população regional, são o povo indígena cuja presença se revela de forma significativa, seja através das mulheres vendedoras nas ruas de Campo Grande ou das legiões de cortadores de cana-de-açúcar que, periodicamente, se deslocam às destilarias para “changa”, o trabalho temporário nas fazendas e usinas de açúcar e álcool (AZANHA; LADEIRA, 2004, *apud* VARGAS, 2008, p. 93).

O processo de sobrevivência dos povos indígenas nas cidades, se encaixando nas dinâmicas presentes do dia a dia, ligam um território a outro através da mobilidade, ou até mesmo na facilidade de comunicação com outros de sua etnia que estão distantes, visto que a medida que a globalização vem aumentando pelo mundo se tem a possibilidade de acesso a novas territorialidades ou a territórios distantes sem exatamente estar lá fisicamente, então:

A multiterritorialidade também pode se manifestar por uma dimensão mais concreta-funcional, especialmente no caso das novas tecnologias de comunicação, informação e transporte que proporcionam, hoje, novas formas de trabalho e relações à distância, e uma multiterritorialidade de expressão mais simbólica, quando ela é construída pelo processo de hibridização das identidades territoriais, numa mescla de recriar um multipertencimento (MONDARDO, 2018, p. 122).

Os territórios em redes acabam então se tornando também um construtor de territórios, sendo essa rede parte dessa construção. Nos dias atuais, ao contrário do que muitos pensam, muitas aldeias têm acesso a modernidades como celular e internet, essa por sua vez facilita “a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios” (HAESBAERT, 2007, p. 37), desse modo, mesmo nas cidades, a facilidade de comunicação, participação de eventos e rituais praticados nas aldeias gera uma conjugação desses territórios, esses interligados através do contato físico ou não, e das dinâmicas de ir e vir da cidade para aldeia, visto que a mobilidade nos casos dos povos indígenas é um elemento central, uma vez que muitos deles assim como os Terenas são nômades de nascença.

Considerando as questões apontadas até aqui, vale lembrar mais uma vez das reflexões de Deleuze e Guattari citado por Haesbaert (2021), iluminando que nas constantes mudanças durante a vida, passamos por desterritorializações e

reterritorializações, pois estamos sempre fundando novos territórios, “a escala espacial e a temporalidade é que são distintas” (HAESBAERT, 2021, p. 138).

Portanto inseridos em novas territorialidades, os Terenas não abandonam o seu território de origem, nem a identidade adquirida a partir dele, e sim incorporam para si novas territorialidades “a liberdade de escolha incorporada pela sociedade Terena é uma de suas características mais marcantes, e que dificilmente encontramos em outros povos” (VARGAS, 2008, p. 97). Porém os mesmos desenvolvem uma multiterritorialidade, absorvendo para si o necessário para sobreviver na realidade inserida. “O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização” (HAESBAERT, 2021, p. 338).

4. Os Desafios

Ao realizar qualquer pesquisa, encontramos pontos negativos e positivos, ainda mais se tratando de um assunto relacionado a povos tradicionais, a qual enfrentam lutas e dificuldades desde a invasão do homem branco em seus territórios. A luta dos povos indígenas está em vários âmbitos, desde as manifestações nas ruas em busca de seus direitos, até aos jovens indígenas inseridos nas escolas e ensino superior de todo Brasil. Todo dia uma luta diferente e uma aprendizagem nova, tudo que é aprendido nos acrescenta como brasileiros e principalmente como povos tradicionais.

Ao estudar os povos indígenas da etnia Terena de Campo Grande MS, podemos identificar alguns desafios, porém não é só de desafios que se vive o acadêmico, focamos também no lado positivo e no privilégio de aprender. Um dos pontos positivos ao realizar essa pesquisa, foi o aprofundamento na história dos povos Terena, pois pudemos notar o quanto esses povos sofreram e até os dias de hoje infelizmente sofrem pela perda da maior parte dos seus territórios e com isso uma perda de parte de sua cultura que estava vinculada a ele, e a clara necessidade das devidas demarcações de suas terras assegurado a eles perante a Constituição. Foi de extrema importância estudar a história, pois "para compreender sua situação e produzir conhecimento acerca de outras realidades geográficas, é fundamental se autoconhecer. Na condição da potencialidade de um conhecimento emancipador e crítico dos e na realidade, é basilar se entender no mundo para ler o espaço" (SOUZA JÚNIOR e ALMEIDA, 2021, p. 12).

Um dos desafios encontrados em meio a elaboração do trabalho foi com relação à pesquisa bibliográfica, apesar de terem muitas relacionadas aos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, a grande maioria não advém da Geografia, principalmente com enfoque ao povo Terena. Claro que há estudos realizados sobre esses povos na Geografia, porém em quantidade inferior a outros temas com igual relevância, um dos motivos a qual é significativo mais um estudo sobre este, e claro um novo levantamento de dados, utilizando o acervo de monografias, dissertações e teses dos cursos de Geografia de diversas instituições federais e estaduais, isso irá aprimorar as competências de futuros geógrafos para questões emergentes do período de então. Um outro desafio encontrado também durante a elaboração da pesquisa, foi acesso a dados atualizados referente a migração e quantidade de populações indígenas no MS, pois as informações disponíveis para elaboração referente a dados estatísticos são do censo demográfico do IBGE de 2010, visto que essa pesquisa realizada a cada dez anos a qual traria uma visão atualizada dessa população nos centros urbanos, e condições de vida atualmente. Está sendo realizada neste momento em todo país com dois anos de atraso devido a pandemia da covid-19 que assolou o mundo todo a partir de 2020, e em seguida não foi realizada por falta de verba disponibilizada para pesquisa do censo. Podemos então notar a importância do censo do IBGE para projetos de pesquisas e estudo da população brasileira para pesquisas de caráter multidisciplinar.

4.1 A emergência de um planejamento territorial orgânico.

Considerando as reflexões supracitadas, compreendemos que seja necessário vislumbrar algumas possibilidades de atuação prática em relação às configurações sócio espaciais das aldeias urbanas em Campo Grande. É preciso, assim, buscar alternativas para um desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural centrado nos saberes populares e nos avanços científicos. Citamos alguns pontos para atuação direta do setor público e privado no que tange à gestão e ao planejamento territorial mais orgânico:

- Promoção de atividades culturais sistemáticas nas aldeias urbanas buscando o reconhecimento e respeito às tradições com equilíbrio e atenção à inovação tecnológica.

- Criação, promoção e aplicação de estratégias públicas e privadas para a produção de alimentos (e recursos em geral) de natureza renovável (agricultura urbana por exemplo).
- Promoção de articulações entre a produção de recursos e o respeito ao meio ambiente, buscando a sustentabilidade ecossistêmica dos territórios.
- Busca de interações entre as áreas urbanas e rurais desses territórios, com atenção às modernizações científicas e tecnológicas no que tange ao intercâmbio entre as atividades econômicas rurais e urbanas.
- Apoio público e privado no que toca à infraestrutura, estimulando o cooperativismo e à economia de natureza solidária.
- Apoio acadêmico e logístico de materiais, equipamentos e recursos humanos adequados às escolas com populações indígenas.
- Criação de bibliotecas temáticas nesses territórios, com materiais bibliográficos voltados à cultura indígena.

Esses pontos são apenas alguns indicativos de caráter mais urgente que podem ser vislumbrados para uma atuação em curto prazo. Outras frentes de atuação também são igualmente importantes, notadamente no que toca ao saneamento básico, à saúde (da infância à idade adulta), ao apoio à moradia adequada etc. Todos esses fatores sugerem um esforço conjunto dos diferentes atores sociais para a promoção de um planejamento não meramente urbano ou ambiental, mas um que articule todas as dimensões da realidade, conforme almeja o planejamento territorial. Cultura, meio ambiente, campo e cidade, precisam estar articulados. Tal articulação só é possível através da dimensão territorial, que perpassa todas as demais (FERNANDES, 2004; HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2009, 2019).

Considerações finais

Neste trabalho buscou-se compreender a dinâmica territorial de sujeitos que vem inscrevendo identidades e conflitualidades na cidade de Campo Grande -MS. As referências bibliográficas possibilitaram ampliar o entendimento dessa realidade através do viés geográfico. Como o autor que aqui escreve advém dessa realidade, buscamos articular a experiência vivenciada com o conhecimento científico fomentado durante esses anos na universidade.

No que toca à geografia, a escolha e operacionalização do conceito de território foi fundamental para entender não só as territorialidades, mas, sobretudo, às conflitualidades que são indissociáveis dos processos de territorialização e reterritorialização. É uma luta não só pela existência em si, mas também pelo chão com o qual a vida acontece, a terra. A dimensão territorial é inequívoca. É a base da vida.

A geografia, então, através do Planejamento Territorial, revela sua importância para a promoção da articulação das diferentes dimensões e camadas da realidade e do social. O planejamento territorial, portanto, é um instrumental mais do que adequado para a projeção de um horizonte diferente, justo, no que se refere à arquitetura do futuro, não só para cidade, mas para as pessoas que nela vivem. Por essas razões destacamos alguns direcionamentos supracitados que podem promover um desenvolvimento territorial mais orgânico no que toca às aldeias urbanas.

Referências Bibliográficas

ATITOLI, A. F; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MSIn: **RUA**[online]. Volume 25, número 1 –p. 329-355–e-ISSN 2179-9911 – junho/2019

CIRQUEIRA, D. **Atlas da violência**. São Paulo: FBSP, 2021.

BAINES, S. G. *As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade*. **Brasil Indígena**, Fundação Nacional do Índio, v. 7, 01 dez. 2001. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BATISTOTI, A. F; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **Revista Rua**, 329-355, 2019.

- BITTENCOURT, C. M. e LADEIRA, M. E. **História do povo terena**. Brasília: MEC, 2000.
- BORGES, E. M. Inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica e superior: momento histórico ímpar. **Revista Científica FacMais**, p. 1-14, 2015.
- BRAGATO, F. F; BIGOLIN, P. Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção. **Revista Direito e Práxis**, 8, 156-195, 2017.
- CARDOSO, J. M., NETO, A. C; CRISTALDO, M. C., MACHADO, F. C. A. P; GOEDERT, G. Aldeias urbanas em Campo Grande-MS: integração ou assimilação. In **Latinidades-Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços**, 2020.
- CLAUDINO, G. S. **Raízes e constelações do saber geográfico acadêmico brasileiro**. O conhecer e o pensar na condição de nervuras. 2019. Tese (doutorado em Geografia). UNESP. FCT. Programa de pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente-SP. 2019.
- CLAUDINO, G. Método e Geografia. **Terra Livre**, 1(52), 62-95, 2019.
- EVARISTO, C. **Becos da Memória**. 200p. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, (6), 24-34, 2012.
- FIOCRUZ. **Mapas de Conflitos, injustiça social e saúde no Brasil**, 2021.
- FUNAI - Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em 20 de junho de 2022.
- GÓIS QUEIROZ, R. J. Territorialização precária e cidade informal: um olhar sobre a cidade de Mossoró (RN). **Cajazeiras-PB Vol. 3**, N° 6-jul./dez. 2018 ISSN 2525-5703, 3(6), 2018.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, 9(17), 19-45, 2007.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- HISTÓRIA DO MUNDO. GUERRA DO PARAGUAI. 2021, acesso <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/guerra-do-paraguai.htm>
- IBGE. – Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 20 de junho de 2022.
- LADEIA, E. D. S. **Mo’eroy Ha Tekoha Rapére!** pelos caminhos da escola e do território entre os Kaiowá e os Guarani do Mato Grosso do Sul, Tese, UFGD, 2021.

LADEIRA, M. E. Falando dos Terena: aspectos históricos e padrões socioculturais. In: **Língua e História** – Análise Sociolinguística em um grupo Terena. Universidade de São Paulo – FFLCH. Departamento de Semiótica e Linguística Geral. São Paulo: 2001, p. 19-47.

LIMA, R. T. Formas de intervenção e exploração em terras indígenas no decorrer da história do Brasil. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, 4(1), 155-168, 2021.

LUCIANO, G. J. S. **O Índio Brasileiro**: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. 1. ed. Brasília: MEC/SECAD MUSEU NACIONAL/UFRJ, 2006.

MARIS, R; FERNANDO, I. **Presença indígena na cidade**: reflexões, ações e políticas. Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas, Gráfica Hartmann, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

MONDARDO, M. **Territórios de trânsito**: dos conflitos entre Guarani e Kaiowá, paraguaios e gaúchos à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTA, J. G. B. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá**: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade, 2011.

MOURA, N. S. P. **Os Terena em Mato Grosso do Sul**. ed. ABDU, 2012

MUSSI, V. P. L. **As estratégias de inserção dos índios Terena**: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). Tese de doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2006.

OLIVEIRA, R. C. **Urbanização e tribalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

RIBEIRO, D. Prefácio à 1ª edição. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Do Índio ao Bugre**: o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

SANT'ANA, G. R. Uma análise do processo migratório dos índios terena para o perímetro urbano da cidade. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 1, 2004.

SEABRA, G. F. **A pesquisa científica**: o método em questão. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 31, n. 1, p. 3-16, 2009.

SAQUET, M. A. **Saber Popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVA, F. A. B. da; LUNELLI, I. C. **Subsídio ao Relatório Brasil sobre o Cumprimento da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (2003-2017)**: povos indígenas. Brasília: Ipea, 2019.

SILVA, L.F.B.L; BERNARDELLI, M.L.F. A constituição da comunidade urbana água bonita em Campo Grande – MS: territorialidade e identidade indígena. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos** – São Luís – Maranhão, 2016.

SILVA, S. R; HELFENSTEIN, A. Práticas espaciais de jovens indígenas no cotidiano da cidade de Dourados (MS), **Confins** [Online], 42, 2019.

SOUSA, A. A. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**. v.1. n. 30, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>. Acesso em: 25 agosto. 2022

SOUZA JÚNIOR, C. R. B; ALMEIDA, M. G. Ver o mundo para ler o espaço: existência e (auto) conhecimento na geografia humanista. **GEOgraphia**, v. 23, n. 51, 2021.

SOUZA, M. I. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

_____. Em torno de um hífen. **Formação**. Presidente Prudente, n. 15, v. 1, p. 159-161, jan./jul., 2008.

STALIANO, P., MONDARDO, M. L; LOPES, R. C. Onde e como se suicidam os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul: confinamento, jejuvy e tekoha. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Lívia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

VARGAS, I. A. Territorialidades e representações dos Terena da Terra Indígena Buriti (MS) Possibilidades didático-pedagógicas. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imigrações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

VARGAS, V. L. F. **A dimensão sociopolítica do território para os Terena**: as aldeias nos séculos XX e XXI. Tese. Universidade Federal Fluminense-UFF, 2011.

VIEIRA, C. M. N. **A criança indígena no espaço escolar de Campo Grande/MS**: identidades e diferenças. 2015. 229 f. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande Mato Grosso do Sul.

VIETTA, K. Os “valores” da cerâmica terena campo-grandense: um silencioso patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, 12(24), 97-132.

YAMADA, E. M; VILLARES, L. F. Julgamento da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: todo dia era dia de índio. **Revista Direito GV**, 6, 145-157, 2010.